



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E**

Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Monografia

Análise de Políticas e Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os Alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Público, Estudo de Caso: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo (2016 – 2020)

Felizardo Jorge Assumane

Maputo, Agosto de 2024

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Educação
Departamento de Organização e Gestão da Educação
Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Monografia

Análise de Políticas e Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os Alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Público, Estudo de Caso: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo (2016 - 2020)

Felizardo Jorge Assumane

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação.

Supervisor: Prof. Doutor Rui Amadeu Bonde

Maputo, Agosto de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Membros do Júri

O Presidente:

Dr. Lourenço Chipire

Instituição: Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor:

Prof. Doutor Rui Amadeu Bonde

Instituição: Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane

O Oponente:

Mestre Jofina Félix

Instituição: Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Agosto de 2024

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Eu, Felizardo Jorge Assumane declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas nela as referências bibliográficas das fontes por mim consultadas.

(Felizardo Jorge Assumane)

Maputo, Agosto de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Jorge Assumane e Nazarena Ratibo (*in memoriam*) minhas fontes de inspiração e dedicação. Bênçãos de *Allah* (Deus) estejam convosco.

Aos meus irmãos Saminha Jorge Assumane (*in memoriam*), Agostinho Jorge Assumane, Amélia Amade Selemane, Selemane Amade Selemane, Narcisa Amade Selemane, Filomena Amade Selemane e Daúcio Amade Selemane.

AGRADECIMENTOS

Chegado ao fim de mais uma etapa do meu percurso académico, quero exprimir os meus agradecimentos a todos quantos, directa ou indirectamente, colaboraram na realização deste trabalho, em especial:

À *Allah* (Deus), pelo dom da vida e por ter tornando a realização deste trabalho uma realidade efectiva.

À minha bela e sorridente mãe Nazarena Ratibo (*in memoriam*), por ter gerado e criado a mim e aos meus irmãos, que mesmo desprovida de riquezas materiais e de conhecimento científico, sempre sonhou que nós seus filhos alcancemos o mais elevado grau de escolaridade. “Conseguí mãe, por ti, por mim e pelos meus irmãos”.

Ao Prof. Doutor Rui Amadeu Bonde, enquanto meu Supervisor, pelos sábios conhecimentos transmitidos e partilhas efectuadas, assim como pelo apoio manifestado ao longo de todo o percurso que conduziu à elaboração deste trabalho. Devo-lhe o meu respeito indelével.

Aos docentes da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, em especial aos do Departamento de Organização e Gestão de Educação, pelos ensinamentos transmitidos durante os anos da minha formação.

À Ernesto Afai, meu tio e encarregado de educação, meu herói, meu segundo pai na terra, aquele que mostrou-me o caminho da e para a escola e tornou-se arquitecto da minha vida académica. Sem os seus ensinamentos, conselhos, apoio moral, financeiro e afectivo não seria possível a finalização deste trabalho.

Ao André Francisco Zavale Júnior, meu melhor amigo, companheiro das “trincheiras”. Pelo companheirismo durante a adolescência e durante esta juventude na qual nos encontramos, pelos conselhos construtivos dados desde o dia em que nos tornamos amigos na sala 4 da Escola Secundária da Liberdade até os dias actuais.

À Glória Inácio Fumo, minha companheira, pelo amor por si dado, pelo respeito e consideração, pela paciência que teve durante a realização deste trabalho, pois foram compromissos cancelados para dar lugar ao término deste trabalho e acima de tudo, pelos

ensinamentos emprestados durante a minha caminhada académica. Você é e sempre será “o melhor de mim”.

Aos meus colegas do curso de Organização e Gestão de Educação turma 2017, em especial: Cássia Josefa, Dénia Mapule, Idalina Nhancale, Rangel Sambo e Naira Muchisse, pela ajuda dada nesta longa caminhada académica e pelas dicas dadas durante a realização deste trabalho.

Aos gestores, professores, alunos e funcionário da Escola Secundária Francisco Manyanga, pela recepção calorosa no momento da pesquisa e pela permissão dada para recolher os dados inerentes a este trabalho.

Por fim, endereço os meus sinceros agradecimentos a toda minha família, em particular aos meus irmãos e primos. A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Ki ochukuro!

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE.....	i
DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	x
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Delimitação da Pesquisa.....	5
1.3 Problema da Pesquisa.....	6
1.4 Objectivos da Pesquisa.....	8
1.4.1 Geral.....	8
1.4.2 Específicos:.....	8
1.5 Perguntas de Pesquisa.....	9
1.6 Justificativa.....	9
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 Orientação Profissional.....	11
2.2 Orientação Vocacional.....	12
2.3 Políticas de Orientação Profissional e Vocacional a nível Internacional.....	13
2.4 Políticas de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique.....	16
2.5 Estratégia de Orientação Profissional e Vocacional para o Ensino Secundário Geral.....	20
2.6 QUADRO TEÓRICO.....	22
2.6.1 Teoria do Capital Humano.....	22
2.6.2 Teorias Neoliberais.....	24
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	27
3.1 Descrição do Local da Pesquisa.....	27
3.2 Caracterização da pesquisa.....	29
3.2.1 Quanto ao Paradigma.....	29
3.2.1.1 Pesquisa Qualitativa.....	29
3.2.1.2 Pesquisa Quantitativo.....	30
3.3 Tipo de pesquisa segundo os objectivos.....	31
3.3.1 Pesquisa Descritiva.....	31
3.3.2 Pesquisa Exploratória.....	31
3.4 Método de Pesquisa.....	31
3.5 Técnicas de Recolha de Dados.....	32
3.5.1 A pesquisa bibliográfica.....	32
3.5.2 A pesquisa documental.....	33
3.5.3 A entrevista.....	34
3.5.4 Questionário.....	34

3.6 Validade de instrumentos de pesquisa	35
3.7 Participantes da Pesquisa	36
3.7.1 População e amostra.....	36
3.7.2 Amostra da Pesquisa	36
3.8 Técnicas de amostragem	37
3.9 Procedimentos de Recolha de Dados	37
3.10 Procedimentos de Análise e Interpretação dos Dados	39
3.11 Técnicas usadas no tratamento de dados qualitativos	40
3.12 Técnicas usadas no tratamento de dados quantitativos	41
3.13 Questões éticas.....	41
3.14 Limitações.....	42
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	43
4.1 Características dos Participantes.....	43
4.2 Políticas de orientação profissional e vocacional para o Ensino Público	45
4.3 Estratégias de orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino médio em Moçambique	49
4.4 Implementação de estratégias de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	51
4.5 Estratégias para melhoria da orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	59
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES	64
5.1 Considerações Finais	64
5.2 Sugestões	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
APÊNDICES	78
Anexo	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População da Pesquisa.....	36
Tabela 2: Participantes da pesquisa	37
Tabela 3: Estratégias de melhoria e massificação das actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Orientação Profissional na escola no panorama internacional	15
Quadro 2: Características dos Participantes	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de conhecimento da existência de políticas e estratégias de orientação profissional e vocacional no ensino secundário geral em Moçambique	47
Gráfico 2: Existência ou não da prática de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	48
Gráfico 3: A implementação da Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do 2º ciclo na Escola Secundária Francisco Manyanga.....	50
Gráfico 4: Eficácia das actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral	50
Gráfico 5: Alunos(as) que beneficiaram e os que não beneficiaram da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	51
Gráfico 6: Período em que ocorre a Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga.....	52
Gráfico 7: Responsáveis pela divulgação da estratégia Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	54
Gráfico 8: Forma de implementação da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	54
Gráfico 9: Formas que gostariam que fosse feita a Orientação Profissional e Vocacional	55
Gráfico 10: Nível da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga.....	56
Gráfico 11: Orientação dos alunos pelos professores.....	57
Gráfico 12: Avaliação dos professores sobre a implementação da actual estratégia da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga	58
Gráfico 13: O estágio da falha da actual estratégia de Orientação Profissional e Vocacional nas escolas do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral em Moçambique	58
Gráfico 14: Introdução da Orientação Profissional e Vocacional no currículo do ESG	62

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPM – Manual de Classificação Nacional de Profissão de Moçambique

DPEDH – Direcção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano

EEFP – Estratégia de Emprego e Formação Profissional

ESFM – Escola Secundária Francisco Manyanga

ESG – Ensino Secundário Geral

ESG2 – Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo

ETP – Ensino Técnico-profissional

FACED – Faculdade de Educação

INEFP – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

INP – Instituto Nacional de Emprego

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINED – Ministério da Educação

MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

OCDE – Organização para a Cooperação Económica e para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orientação Profissional

OPV – Orientação Profissional e Vocacional

OV – Orientação Vocacional

PEA – Processo de Ensino e Aprendizagem

PEE – Plano Estratégico de Educação

PEE's – Planos Estratégicos de Educação

PEEC – Plano Estratégico da Educação e Cultura

PEETP – Plano Estratégico do Ensino Técnico Profissional

PNE – Política Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pp – Páginas

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

SNE – Sistema Nacional de Educação

SOP – Serviços de Orientação Profissional

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNICEF – *United Nations International Children’s Fund*

RESUMO

Esta pesquisa teve como objectivo analisar as estratégias de orientação profissional e vocacional contidas nas políticas educacionais implementadas em Moçambique para os alunos do 2º ciclo do Ensino Secundário Público, estudo de caso: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo (2016 – 2020). Trata-se de um estudo de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), associado ao método de estudo de caso. Como técnicas de recolha de dados, a pesquisa aplicou questionários para 100 alunos e 50 professores seguida de entrevista para dois gestores da escola analisada. O estudo conclui que a política de orientação profissional em Moçambique procura conciliar o modelo das competências sustentado por uma das vertentes da economia marginalista, a teoria do Capital Humano, definidora de política educacional que tem por concepção a relação directa e subordinada da educação escolar ao mercado. A pesquisa constatou igualmente de que Moçambique ainda não tem políticas específicas de orientação profissional e vocacional para os alunos do 2º ciclo e as estratégias existentes nos documentos oficiais do sector são pouco claras e de pouca informação. Foi possível constatar também que a implementação da política no local de estudo é imperceptível. O estudo sugere a melhoria das actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique e o sector deve elaborar uma política exclusivamente sobre orientação profissional e vocacional, determinando as condições para a sua actuação, bem como, difundir nas escolas secundárias. O estudo sugere ainda, a nível das escolas, criação de gabinetes de aconselhamento e elaboração de programas de orientação profissional vocacional para os alunos.

Palavras-chave: Orientação profissional; Orientação Vocacional; Teoria do Capital Humano; Teoria Economicista Neoliberal

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

Esta monografia teve como objectivo analisar as Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Público, caso de estudo: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo de (2016 - 2020).

Com a globalização e subseqüente imposições do neoliberalismo no mundo, impuseram para que os jovens fossem preparados psicologicamente para o mercado de trabalho. O mesmo posicionamento também é defendido pelo Líbano *et al* (2018) ao afirmarem de que “os acontecimentos do mundo actual afectaram a educação (...) levando o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado”.

Gentil e Silva (1996), afirmam que “a função da educação neoliberal é atrelar a educação institucionalizada aos objectivos estreitos de preparação para o local de trabalho” (p. 12). Jacomini (2018, p. 129) afirma que

as políticas educacionais em seus vários aspectos, especialmente nos anos de 1990, período mais analisado, colocam-se na contramão do pensamento de Gramsci à medida que estão pautadas numa perspectiva economicista e instrumental para a certificação de competências.

Analisando cuidadosamente a actual política de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os estudantes do II Ciclo e incluindo a do Ensino Técnico profissional ela é voltada para o mercado de trabalho como se não houvessem outras áreas de saber. Actualmente, defende-se uma escola pautada na formação para a cidadania e emancipação social, como aquela que forma integralmente o cidadão, desenvolvendo todas as suas potencialidades, tornando-o capaz de reflectir e agir o mundo.

As políticas de Orientação Profissional e Vocacional estão atreladas a visão *economicista neoliberal* e a teoria do Capital Humano. No *economicismo* segundo Frigotto (2009, p. 17), “a educação é propalada como capital humano e produtora de competências”. Defendem que a educação deve formar os jovens somente para o mercado de trabalho, negligenciando a parte social e cultural que completa ao homem. A formação para a competência do ideário neoliberal, não é suficiente para formação do homem moderno.

Os teóricos da noção de competência defendem que é por meio da educação que o trabalhador alcançaria uma posição no novo mercado de trabalho.

E alegam também que boa parte das causas do desemprego estaria ligada falta de educação e/ ou formação profissional, o que não constitui verdade. Castioni (2010) afirma que com o advento de novas formas de gestão da produção a partir do último quartel do século XX emergiu o discurso de competência, uma noção alargada, mas com significado esvaziado do ponto de vista social

No âmbito desta lógica, alguns críticos afirmam que:

A escola precisa promover uma formação completa e igualitária para todos. Deve estar voltada a formação para a actuação do homem na sociedade, mas actuação não só no sentido de empregado em um ofício qualquer, mas para a vida, para a actuação política da construção de uma nova história, de uma nova estrutura social (Silva, 2010, p. 194).

A Política Nacional de Educação de 1995, os Planos Estratégicos de Educação anteriores e em vigor e outros documentos do sector evidenciam esta realidade segundo como nos ilustram os excerto a abaixo.

A Estratégia do Ensino Secundário Geral (2009-2015) aponta como um dos principais objectivos: desenvolver nos jovens competências práticas que lhes possam ser úteis para a vida laboral, desenvolvendo uma profissão ou ofício e para o auto-emprego (Lobo *et al.*, 2009, pp. 46-47).

Também nos Planos Estratégicos da Educação e Cultura (2006-2011 e 2012-2016) preconizam equipar os graduados com habilidades não apenas para o ingresso no ensino superior, mas também para a inserção no mercado de trabalho (MEC, 2006, p. 36, MINED, 2012, p. 75). “Os objectivos do currículo do Ensino Secundário Profissionalizante deixam claro que os graduados devem ser capazes de dominar determinados conhecimentos e habilidades para poderem enfrentar os desafios de mercado de trabalho” (Chissale, 2014, p. 46).

Sobre esta nova forma de elaboração das políticas educacionais voltadas para o mercado de trabalho Oliveira *et al.* (2005, p. 15) afirmam que” nos últimos anos, em virtude de políticas neoliberais e pela força dos valores do mercado, poucas vezes a educação é

lembrada como um direito para a formação para a cidadania, como formação geral das pessoas”. O discurso que prevalece é o de reduzir a educação como função para o desenvolvimento económico, para o mercado de trabalho, para formar mão-de-obra. Sobre esta tendência mercadológico da educação, Apple (2000) considera que vivemos num período de crise.

Frigotto (2001), citado pela (Rosa, 2006, p. 69), olhando para esta visão reducionista, nos explica também da seguinte forma:

As políticas educacionais para os países dependentes do capital internacional, nestes tempos de globalização neoliberal, são determinadas pelo Banco Mundial que direciona o campo educativo para uma concepção produtiva cujo papel, é desenvolver habilidades, bem como valores e atividades definidas no mercado de trabalho, cujo objectivo é formar em cada indivíduo, competências que lhe assegure a empregabilidade.

Na mesma linha de ideia, Rosa, (2006, p. 71) afirma que “as políticas públicas da actualidade, em relação ao ensino têm periodizado os interesses do capital, regulamentando formas de educação em função das necessidades do mercado, distanciando-se das propostas contra hegemónica”.

Foi neste contexto que foram criados leis do SNE (4/83, 6/92 e a actual lei do novo sistema de Educação, a Lei nº18 de 2018) para acomodar ideário neoliberal e a teoria do capital humano onde se sublinha por exemplo na actual lei de que “*educação profissional constitui o principal instrumento para a formação profissional da força de trabalho qualificada, necessária para o desenvolvimento económico e do país*”. Ainda na mesma lei sobre a educação vocacional o documento sublinha que: A educação vocacional consiste na educação de jovens e do adulto que demonstram talento e aptidão especiais nos domínios da ciência, da arte, do desporto entre outros (SNE, 2018).

O talento e aptidão que a lei defende sobre a orientação vocacional se refere portanto as competências adquiridas pelos alunos. Na visão economicista, a educação é propalada como capital humano e produtora de competências.

Apesar de a política estar a ser mal implementada com problemas no sector de educação em Moçambique ela suscita debates actualmente segundo como demostramos a cima pelos pesquisadores.

Como é do conhecimento público, a escolha profissional é um momento determinante na vida de todo indivíduo, em particular para os adolescentes. É nesta fase que o adolescente irá reflectir e articular o seu projecto profissional, buscando assim, determinar a trajectória de sua futura relação produtiva com o mundo, este que é regido por várias relações (sociais, políticas e económicas) onde esse sujeito viverá o seu projecto profissional e de vida.

O preparo para a escolha profissional deveria acontecer, em princípio nas escolas, porque é na escola onde o indivíduo desenvolve suas habilidades, aptidões e interesses. Na mesma linha de pensamento Levenfus (1997) afirma por exemplo de que a “busca pela profissão certa dá-se geralmente quando o adolescente termina o ensino médio e pretende ingressar na universidade, é nesse momento que se faz necessário o trabalho de orientação para a formação profissional”.

E para a realidade do Ensino Secundário Geral (ESG) Moçambicano não funciona a respectiva política de orientação profissional para os estudantes que terminam o nível médio. Quando terminam de fazer a 12ª classe cada um se vira como pode.

Em relação a estrutura, esta monografia encontra-se dividida em cinco (5) capítulos. No primeiro capítulo se assegura a contextualização do tema, a problematização e o alargamento de ideias sobre o tema do estudo, com o que se delineiam os elementos orientadores da pesquisa, os objectivos, as perguntas de pesquisa, e a justificação

O 2º capítulo faz a revisão da literatura existente sobre o tema no contexto internacional, regional e nacional e na sequência é apresentada as teorias ou os autores com que nos baseamos para a elaboração desta monografia e depois faz a discussão dos conceitos-chave que norteiam esta pesquisa, nomeadamente: Orientação profissional, orientação vocacional. Em segundo, discute-se o posicionamento de pensadores que se debruçam sobre: (i) Políticas de orientação profissional e vocacional no âmbito internacional, (ii) políticas de orientação profissional e vocacional em Moçambique e (iii) estratégias para a melhoria da orientação profissional e vocacional no ensino secundário geral. Para a

elaboração deste capítulo fez-se um levantamento bibliográfico sobre os assuntos acima arrolados. E termina com o referencial teórico com que nos baseamos nesta pesquisa.

O 3º capítulo descreve os procedimentos metodológicos que usamos para a elaboração desta pesquisa. O 4º capítulo faz-se apresentação e análise dos dados. E no 5º capítulo são reservadas as considerações finais do estudo e as respectivas recomendações. Depois da conclusão seguem-se os apêndice, anexos e as respectivas bibliografias que serviram de suporte para esta pesquisa.

1.2 Delimitação da Pesquisa

Gil (2008, p. 38) citado por Vieque (2021, p. 4) afirma “que depois de escolhido o assunto de pesquisa é preciso ainda afiná-lo, circunscrevê-lo”. Seguindo o pensamento do Gil, delimitamos a nossa pesquisa da seguinte forma:

1.2.1 Delimitação Espacial: o critério espacial delimita o *locus* da observação, ou seja o local onde o fenômeno em estudo ocorre. Para a materialização do estudo, fez-se a recolha de dados na Escola Secundária Francisco Manyanga, localizada na Cidade de Maputo. A razão da sua delimitação espacial centra-se na dimensão daquela instituição de ensino secundário, sendo uma das maiores da Cidade de Maputo.

1.2.2 Critério Temporal: o critério temporal estabelece o período em que o fenômeno será estudado. Para esta pesquisa escolheu-se o período de 2016 à 2020. Escolheu-se o primeiro marco cronológico de 2016 porque foi o ano que foi criado o Instituto nacional de emprego (Decreto 48/2016, de 1 de Novembro), que entre vários objectivos se propõe a promover a informação e a orientação profissional dos jovens.

Ainda no mesmo período de (2016 à 2020), foi aprovado em 2018 a nova lei do SNE Lei nº18/2018 de 28 de Dezembro, revogando assim a anterior Lei nº6/92 de 6 de Maio. Nesta nova lei, embora de forma não detalhada, está previsto o desenvolvimento de orientação vocacional para todos os alunos do subsistema do ensino geral, uma orientação que possa permitir a harmonização entre as necessidades do país e das aptidões individuais.

No mesmo ano de 2018 foi aprovado o Plano Estratégico do Ensino Técnico Profissional (2018 – 2024), elaborado com o envolvimento de vários actores-chave dos sectores públicos e privado, das instituições provedoras de formação e dos parceiros de

cooperação, igualmente, envolveu a revisão e avaliação de documentos legais, políticos e estratégicos relevantes; consultas extensivas aos intervenientes-chave, tudo com objectivo de definir as principais linhas orientadoras para o desenvolvimento do ETP em Moçambique nos próximos sete anos.

Este plano preocupado com a orientação dos jovens, estabelece que umas das suas acções prioritárias é a criação de serviços de orientação profissional e vocacional para os seus alunos, estes serviços permitiriam que este sector oriente os alunos antes, durante e depois a formação, pois na perspectiva deste plano, a orientação profissional desempenha um papel estratégico para o incremento dos níveis de acesso e retenção dos formandos no subsistema.

Também, em 2020 foi aprovado o Plano Estratégico de Educação 2020 – 2029, plano que orienta as intervenções do Governo de Moçambique no sector da Educação. Desta feita, espelhando-se na Lei nº18/2018 de 28 de Dezembro, prevê que, na operacionalização do SNE, isto é, de todos os subsistemas de educação, se tome em atenção: *A Educação Vocacional*, focada nos jovens e adultos que demonstrem talento e aptidão especiais nos domínios da ciência, da arte, do desporto, entre outros. Esta educação realiza-se em instituições vocacionais, sem prejuízo da formação própria do Subsistema de Educação Geral ou da Educação profissional, visando o desenvolvimento de forma global e equilibrada da personalidade do indivíduo. Também foi durante este período que muitos pesquisadores moçambicanos do ramo da educação mostraram interesse em estudar a temática de orientação profissional e vocacional no contexto das escolas públicas moçambicanas.

1.3 Problema da Pesquisa

As Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os alunos de todo o sistema de ensino, sempre foi preocupação do sector da educação nos seus documentos oficiais e Planos Curriculares do Ensino, segundo como nos ilustra o excerto a baixo e subsequentes:

Desde a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983 pela Lei nº 4/83 de 23 de Março, o governo moçambicano olhou para a questão de integração dos serviços de orientação profissional e vocacional nas instituições de ensino, em particular o ensino secundário. O SNE defende por exemplo de

que um dos objectivos da educação seria o de (...) desenvolver uma orientação vocacional que permita a harmonização entre as necessidades do país e as aptidões de cada um (SNE, 1983, p. 16).

No período da implementação da lei nº 4/83 do SNE, o governo demonstrou interesse em formar cidadãos de acordo com as suas habilidades individuais, no sentido de servir melhor os interesses do país. Após a revogação da Lei nº 4/83 em 1992, pela Lei nº 6/92 de 6 de Maio, este objectivo manteve-se intacto, mas já na alínea c) do artigo 10, portanto, o interesse em fornecer uma orientação aos alunos continuou por parte do sector da educação e do governo.

Olhando para a Política Nacional de Educação de 1995, encontramos ainda subsídios da intensão do governo moçambicano em oferecer uma orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino secundário. A mesma política na sua alínea c) no ponto 3.1. defende o seguinte:

Um dos objectivos deste subsistema é o de preparar os alunos para a continuação de estudos no ensino superior ou participar em actividades produtivas. Portanto, para a concretização deste objectivo, afigura-se como estratégia a criação de serviços de orientação profissional e vocacional (PNE, 1995).

Mais adiante, no ponto 4.1, já para o Ensino Técnico Profissional, defende que as escolas técnicas estariam abertas a cursos não formais orientadas para o desenvolvimento de habilidades profissionais específicas.

A política de orientação profissional foi incluída também nos Planos Curriculares do Ensino Básico (1999), na reforma dos Planos Curricular do Ensino Secundário Geral de 2007, nos Planos Estratégicos de Educação (2006-2010/11; 2012-2016/2019 e 2020-2029), no Plano Estratégico do Ensino Técnico-Profissional (2018-2024) e na actual Lei nº18/2018 de 28 de Dezembro, lei que estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Educação.

O nosso pressuposto é de que apesar de a política estar plasmada na PNE (1995), na nova lei do SNE (a lei nº18 de 2018), também no actual PEE (2020-2029), apresenta lacunas sobre a sua implementação efectiva.

Sobre esta fragilidade Ussene (2011, p. 8), afirma que “em Moçambique, os serviços de apoio à exploração e decisão de carreira de jovens (orientação profissional e vocacional) existem ainda de uma forma pouco convencional, decorrendo em poucas escolas, maioritariamente privadas, o que faz com que muitos alunos não tenham acesso a este apoio”.

Ademais, autores moçambicanos que escreveram sobre orientação profissional e vocacional no contexto moçambicano (Matlombe, 2008; Miambo, 2011; Jacinto, 2015; Chibemo e Canastra, 2015a; Chibemo e Canastra, 2015b; Miambo e Coimbra, 2015; Agibo, 2016; Chibemo, 2018; Vieque, 2021 e Uachisso, 2022) enfatizam a inexistência da orientação profissional e vocacional no sistema educacional moçambicano, demonstrando de forma clara a ineficiência das estratégias patentes nos documentos oficiais do sector educacional e são unânimes em afirmar a necessidade de criar, a nível das escolas, estruturas de orientação profissional e vocacional para os alunos de todo o sistema educacional.

Cientes de que existem problemas na efectivação da orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino secundário geral em Moçambique, definimos o seguinte problema de pesquisa: *Quais são os problemas e sua forma de resolução na implementação de Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do 2º ciclo do Ensino Secundário Geral em Moçambique?*

1.4 Objectivos da Pesquisa

1.4.1 Geral

Analisar as Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional contidas nas políticas educacionais implementadas em Moçambique para os alunos do 2º ciclo do Ensino Secundário Público entre os anos de 2016 à 2020.

1.4.2 Específicos:

- Identificar as políticas de orientação profissional e vocacionais para o Ensino Secundário público contidas nos documentos oficiais do sector da educação;
- Descrever a partir dos documentos sector da educação as actuais estratégias de orientação profissional e vocacional dos alunos em Moçambique;

- Verificar o grau de implementação das estratégias de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga;
- Traçar estratégias para a melhoria orientação profissional e vocacional para alunos da Escola Secundária Francisco Manyanga.

1.5 Perguntas de Pesquisa

- Quais são as políticas de orientação profissional e vocacional para o Ensino Secundário Geral contidas nos documentos do sector da educação?
- O que dizem os actuais documentos do sector da educação sobre as estratégias de orientação profissional e vocacional dos alunos em Moçambique?
- Qual é o grau de implementação das actuais estratégias de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga?
- Que estratégias devem ser traçadas para a melhoria da orientação profissional e vocacional para alunos da Escola Secundária Francisco Manyanga?

1.6 Justificativa

A escolha da carreira a seguir no ensino superior após o término do ensino médio foi para mim muito conflituosa, pois me deparei com múltiplas alternativas no meio social que me envolvia, tendo levando cerca de um ano para decidir a área que iria seguir. Após escolher e ingressar no ensino superior deparei-me com o módulo de Psicologia de Orientação Profissional, módulo este que fez-me perceber que o motivo da minha indecisão na escolha da área a seguir no ensino superior foi por não ter tido orientação profissional e vocacional durante a formação no ensino médio. Esta situação despertou em mim a necessidade de analisar as políticas educativas voltadas para a orientação profissional no ensino médio moçambicano.

No ponto de vista académico, esta pesquisa mostra-se relevante porque poderá servir de pesquisa para trabalhos académicos posteriores sobre esta temática, uma vez que, ainda é uma temática pouco explorada pelos académicos do país, bem como, espera-se que os resultados a advindos deste estudo possam despertar aos futuros gestores da educação a reestruturar o currículo escolar, visto que, a nível internacional a orientação profissional e vocacional está inserida no currículo escolar de vários países que adiante faz-se menção.

Ao nível social, a presente pesquisa é pertinente na medida que vai despertar na sociedade moçambicana, na camada juvenil e aos demais actores educativos sobre aspectos relativos a orientação profissional e vocacional. O tema é relevante na medida em que vai ajudar na criação e desenvolvimento, por parte das escolas de estratégias de orientação profissional para os alunos,

Concomitantemente irá impulsionar aos professores o conhecimento de modelos de intervenção em orientação profissional e vocacional no intuito de permitir que o aluno se sinta mais confiante e seguro na sua capacidade de definir a sua carreira profissional.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresentamos a definição dos conceitos que consideramos necessárias para o entendimento desta pesquisa. A apresentação destas definições visa, essencialmente, clarificar as concepções teóricas fundamentais, que permitam a compreensão das ideias-chave que corporizam este estudo.

2.1 Orientação Profissional

Andrade, Meira e Vasconcelos (2002, p. 2) definem a Orientação Profissional como sendo “um método de intervenção onde o indivíduo passa por um processo de autodescoberta e identificação dos seus interesses e habilidades, facilitando o momento da escolha e elaboração de seu projecto de carreira para o alcance de sua realização pessoal e profissional”.

Já, Valore (2010) diz que a Orientação Profissional tem como objecto de estudo e de intervenção a identidade profissional, a qual não remete apenas ao *que fazer* como conjunto de tarefas ocupacionais predeterminadas, *mas ao quem ser e quem deixar de ser*, integrando-se a identidade pessoal mais ampla. Neste sentido, a Orientação Profissional tem como objectivo principal instrumentalizar a escolha e a construção da identidade profissional pela via de autoconhecimento e da articulação entre conhecimento dos aspectos implicados “mundo do trabalho” e o universo subjectivo de cada orientando, (Valore, 2010).

Lucchiari (1993) vê a orientação profissional como “um trabalho que leva o orientando a tomar contacto consigo mesmo, conhecer-se melhor, saber descobrir quais valores, interesses, motivações e potencialidades podem ser desenvolvidas no trabalho escolhido”. Para a autora, a função do orientador é auxiliar a pensar, a questionar, a discutir sobre a realidade do mundo do trabalho, as possibilidades existentes, as condições sociais, políticas e económicas que nos cercam. Desse modo, a autora afirma: “auxiliar a escolha profissional é uma acção preventiva de promoção do bem-estar”.

Por sua vez, Melo-Silva e Jacquemin (2001) definem a orientação profissional como um campo de actividades cuja intervenção se dá em um processo, onde profissionais especializados, através de determinadas técnicas, objectivam instrumentar a pessoa a

realizar escolhas conscientes e autónomas, considerando os determinantes individuais, familiares, sociais, políticas, económicas na definição de sua identidade vocacional (ser) e profissional (fazer).

Pode-se perceber que a Orientação Profissional constitui um método de intervenção que visa auxiliar os jovens na escolha profissional. Este processo permite o autoconhecimento, a autodescoberta dos jovens, informações sobre o mundo do trabalho, conhecimento das profissões, etc., elementos que vão contribuir positivamente na escolha propriamente dita.

Entende-se aqui também que a Orientação profissional não se remete apenas ao que fazer, mas também integra a identidade pessoal no seu sentido mais amplo. Por isso, Bock (2002) diz que a Orientação Profissional é mais do que um momento para a descoberta da profissão a seguir, é um processo em que conflitos, estereótipos e preconceitos são trabalhados, informações sobre as carreiras são oferecidas e a escolha do caminho profissional é realizada a partir do autoconhecimento adquirido na relação com o outro, dentro da realidade social em que o sujeito se encontra.

2.2 Orientação Vocacional

Para Tupinambo (1988) vocação se constrói como a própria personalidade. Não é possível que num dado momento da vida sejam identificados os aspectos e as potencialidades do indivíduo definidores do que ele deverá fazer no futuro. O projecto poderá passar existir inclusive a partir do próprio processo de orientação.

Aguiar e Conceição (2008) dizem que a orientação vocacional “baseia-se em ajudar o indivíduo a entrar em profundo contacto consigo mesmo e com a realidade na qual está inserido”. Por isso, Matlombe (2008, p. 23) define orientação vocacional como um processo mais abrangente que diz respeito não somente às informações sobre as profissões, mas a toda busca de conhecimentos a respeito de características pessoais, familiares e sociais do orientado, promovendo o encontro entre as afinidades do mesmo, com aquilo que pode vir a realizar em forma de trabalho.

Segundo Krawulski (1998) citado por Taveira e Silva (2008) a orientação vocacional é definida como um processo em que os indivíduos têm a possibilidade de receber auxílio sobre a escolha de uma profissão e orientações sobre o mercado de trabalho.

Super no decorrer do ano de 1951 (citado por Taveira e Silva, 2008) definiu a orientação vocacional como “o processo de ajudar uma pessoa a desenvolver e aceitar uma imagem adequada a si e no fim confrontá-lo com a realidade e daí retirar satisfação tanto para si como para a sociedade”. Bohoslavsky (2007) entende por orientação vocacional os procedimentos dos psicólogos, cujos clientes são pessoas que num determinado momento da vida enfrentam a passagem de um ciclo educativo para outro.

A orientação vocacional é um processo que decorre ao longo da vida do indivíduo, desde a infância prolongando-se até à velhice (Super, 1980; Balbinotti, 2003; Freeman, 1993, citados por Taveira, 2008). Sob o prisma vocacional, a adolescência é entendida como sendo uma fase de transição, onde decorre a incerteza sob as preferências vocacionais, dada a pouca exploração do eu face ao mundo escolar e profissional (Taveira, 2008).

Nesta senda, percebe-se que orientação vocacional trata-se de um processo que busca auxiliar o indivíduo na descoberta das suas habilidades naturais assim como conhecer as fontes de treinamento disponíveis para se aprimorar e se desenvolver.

2.3 Políticas de Orientação Profissional e Vocacional a nível Internacional

Através de um levantamento feito em Banco de dados da *Capes* e *Scielo*, pudemos constatar que quando é inserido o descritor, *Educação profissional* o mesmo aparece como um campo de pesquisa bastante explorado nas teses e dissertações pelo mundo fora. No entanto, ao realizarmos um refinamento da pesquisa por meio da inserção de outros descritores como, por exemplo, orientação profissional e vocacional o panorama se modifica completamente, denotando a ausência ou a pouca existência de estudos mais específicos.

A revisão bibliográfica mostrou nos que existe uma vasta literatura internacional que nos ajuda a entender sobre a política de orientação profissional. O tema políticas públicas em orientação profissional recebeu destaque nos últimos anos na agenda de pesquisadores da área. Tony Watts (1996) citado por Silva (2010, p. 5) discutiu, por exemplo, as políticas

públicas no campo da orientação profissional e afirmou que estas poderiam ser incluídas na agenda política por três diferentes razões, a saber:

- **Eficiência económica:** Aqui Tony Watts (1996) citado por Silva (2010, p.5) diz que a Orientação Profissional auxilia as pessoas a escolherem profissões nas quais sua probabilidade de sucesso seria maior, de forma que os investimentos das pessoas e da sociedade na formação e actuação profissional seriam, de maneira geral. Mais seguros.
- **Equilíbrio social:** as pessoas levariam em consideração, no seu projecto profissional a questão da responsabilidade social e do cuidado com o meio ambiente (*Ibidem*).
- **Escolhas sustentáveis:** A orientação profissional também possibilitaria maior acesso das pessoas à educação; consequentemente, elas desenvolveriam melhor as suas carreiras e realizariam escolhas que permitiriam acesso a melhores oportunidades de carreira (*Ibidem*).

Num levantamento das políticas de orientação profissional nos 14 países membros da Cooperação para Desenvolvimento Económico (OCED) citado em Silva (2010, p. 6) são apontados três importantes objectivos para a orientação profissional, a fim de se promover melhor aprendizado, melhores condições de trabalho e maior igualdade social. Seguem abaixo as principais contribuições para cada uma das áreas:

1. Aprendizado

- Comprovar a eficiência do sistema educacional;
- Promover a individualização e diversificação dos programas escolares;
- Apoiar actividades mais activas de aprendizado e desenvolver nas pessoas a percepção de que a educação continua e importante;
- Reduzir a evasão e aumentar a escolarização;
- Promover aumento do número de pessoas com qualificação, em respostas as mudanças no mundo do trabalho.

2. Mercado de trabalho

- Permitir melhor avaliação do mercado de trabalho;
- Reduzir efeitos de mudanças no mercado de trabalho,
- Diminuir desemprego fictício;
- Desenvolver a ideias de “projecto para a vida toda”.

3. Igualdade social

- Promover a inclusão social;
- Auxiliar a integração social de grupos marginalizados;
- Aumentar a integração dos menos qualificados no mercado de trabalho;
- Auxiliar o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Quadro 1: Orientação Profissional na escola no panorama internacional

Austria	Todos os alunos de 7ª e 8ª série devem receber 32 horas de educação para a carreira a cada ano.
Correia	Disciplina “Educação para a carreira” está, no momento, sendo introduzida no currículo escolar; outra disciplina, “Emprego e carreira” pode ser incluída como um tema optativo, “extra curricular”, com duração de duas horas semanais, durante um semestre (total de 68 horas) – ambas no Ensino Médio (júnior e sénior <i>high school</i>).
Dinamarca	Orientação educacional, vocacional e para o mercado de trabalho é um tópico opcional entre a 1ª e 9ª séries.
Espanha	A legislação nacional requer a orientação profissional em todo o sistema educacional, para jovens e adultos. Uma aula semanal de orientação profissional, com uma hora de duração, faz parte da educação compulsória primária e secundária, e dos dois anos de “bacharelato” da educação profissionalizante pós-secundária.
Holanda	“Orientação facilitadora do aprendizado e trabalho” está incluída nos temas gerais, e “Orientação facilitadora do sector de escolha” nos assuntos vocacionais, dentro da educação pré-vocacional. Na educação geral, “Orientação na educação continuada” é um componente optativo nos chamados períodos livres.
Portugal	As escolas portuguesas proporcionam uma orientação e apoio educativo a alunos do terceiro ciclo do ensino básico e também a alunos do ensino secundário. O serviço psicológico e orientação (SPO) realizam as suas funções na etapa secundária (12 a 18 anos). O Ministério da Educação coloca Psicólogos em Escolas do Ensino Oficial (do 7º aos 12º anos de escolaridade). A prioridade da intervenção incide no apoio à implementação dos projectos dos alunos da Via Técnico-Profissional, então criada, e na Orientação Escolar e Profissional dos alunos do 9º ano de escolaridade.
Austrália	O momento em que a educação para a carreira se dá no currículo varia. Em alguns casos, e parte do desenvolvimento pessoal, saúde e educação física; em outros, dos estudos sociais; em outro ainda, é integrada a determinados assuntos a partir do currículo.
Noruega	No currículo, a meta é que a “orientação educacional e vocacional sejam tópicos interdisciplinares, vistos como responsabilidade da escola como um todo”. Na prática, ele está presente principalmente a partir da 8ª série e se dá em diversos formatos de orientação: estima-se que há somente 6 horas na 8ª série, 8 horas na 9ª série e 10 horas na 10ª série, concentrada nos estudos sociais.
Reino Unido	Desde 1997, a educação para a carreira é parte obrigatória do currículo nacional na Inglaterra para os alunos entre 14 e 16 anos; contudo, trata-se de uma disciplina extensiva, e as escolas têm adoptado diferentes formas de oferecer Orientação Profissional. Em 2003, o Estado anunciou que a educação para a carreira deve ser oferecida a partir dos 11 anos e que o resultado do aprendizado alcançado pelos alunos deve ser publicado.
República Tcheca	Educação para a carreira está incluída no currículo de todos os estudantes, da 7ª série à 12ª.
Finlândia	“Educação para a carreira é obrigatória entre a 7ª e 9ª séries. Os estudantes de escolas vocacionais recebem uma semana e meia de orientação de carreira e aconselhamento.
Luxemburgo	Educação para a carreira é obrigatória e podem ser incluídas entre a 7ª e 9ª séries, com duas horas semanais.

Fonte: Silva (2010, p. 7).

Como ilustra a tabela acima, nota-se que a nível internacional há maior preocupação em fornecer serviços de orientação profissional e vocacional para os alunos em todos os subsistemas de educação. De acordo com Vieque (2021, p.18), estas plataformas nas

quais assenta o processo de orientação profissional a nível internacional mostram a variada gama de estratégias que podem servir de base para acomodar em toda organização escolar e sistemas educativos os serviços de orientação profissional a serem adoptadas em Moçambique.

2.4 Políticas de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique

A nível de Moçambique através da revisão dos documentos oficiais do sector e legislações, constatamos que o tema constitui como preocupação sector da educação desde que foi implementado o SNE através da lei 4/83. E partir daí, a política passou a fazer parte nos vários documentos oficiais do sector educativo, como são os casos da Política Nacional de Educação (PNE) de 1995 e da actual lei nº18/2018 de 28 de Dezembro. Os documentos nacionais analisados foram os seguintes: Política Nacional de Educação de 1995, Planos Estratégicos de Educação (2006-2010/11; 2012-2016/2019 e 2020-2029), Plano Curriculares do Ensino Básico (1999), Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (2007), Decreto nº48/2016 de 1 de Novembro, Plano Estratégico do Ensino Técnico-Profissional (2018-2024) e a actual Lei nº18/2018 de 28 de Dezembro.

Os autores moçambicanos que escreveram sobre o assunto foram Matlombe (2008), Ussene (2011), Miambo (2011), Jacinto (2015), Chibemo e Canastra (2015a), Chibemo e Canastra (2015b), Miambo e Coimbra (2015), Agibo (2016), Chibemo (2018), Ramos (2019), Amisse (2019), Mboa (2019), Alberto (2019), Vieque (2021) e Uachisso (2022). Só que estes diferenciam se como o tema em estudo porque abordam de forma geral sobre a importância e necessidade dos serviços de orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino secundário geral.

Todavia, a orientação profissional e vocacional em Moçambique ainda prevalece como uma utopia. Desde a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, através da Lei nº 4/83 de 23 de Março, embora de forma tímida, o governo tem criado, no âmbito político, estratégias para incorporar os serviços de orientação profissional e vocacional nas escolas públicas, ora vejamos:

Com o intuito de aprimorar o Ensino Técnico Profissional (ETP), o governo moçambicano desenvolveu uma estratégia de desenvolvimento do Ensino técnico-

profissional (2001-2011), parte integrante de um plano de educação que visava concretizar os seguintes objectivos:

(a) expansão de acesso; (b) melhoria da qualidade de educação, enfim, (c) desenvolvimento institucional (PEE, 2012-2016). Essa política incluiu acções prioritárias, com vista a integrar todos os esforços de formação para responder de maneira adequada aos desafios que se colocavam e equipar os moçambicanos com as competências profissionais necessárias nos diferentes actores económicos e sócias. Sob este ponto de vista, o ETP deveria contribuir para a satisfação da procura de habilidades e competências profissionais e de rendimento das indústrias e serviços (Ussene, 2011, p. 32).

Do exposto, segundo Agibo (2016, p. 106), pode-se apurar que o governo moçambicano, em termos teóricos, exprime interesse em desenvolver nos seus alunos, através dos vários subsistemas, competências essenciais para a vida, e que em particular permite-os integrar na vida da sociedade e no mercado de trabalho.

Nesta óptica, para Ussene (2011, p. 32), esse propósito, não é acompanhado por acções específicas e voltadas a promoção de percursos de desenvolvimento, exploração, decisão vocacional e de carreira que para além de tomar em consideração a complexidade desses processos associados a outros factores ou variáveis efectivas e cognitivas, embora a oferta de informação relacionadas com estratégias de procura de emprego, a dinâmica do mercado de trabalho, entre outros aspectos, sejam aspectos importantes no contexto da conscientização quanto as actuais demandas de inserção e adaptação ao actual mercado de trabalho, o que legitima intervenções no âmbito da orientação profissional.

Neste sentido, Savickas (2001) citado por Agibo (2016, p. 107) considera imponente a introdução de mecanismos sistemático de intervenção especializada no âmbito da carreira, com objectivo de estimular e acompanhar os jovens nos processos de exploração vocacional e as suas necessidades naturais de inserção no mercado de trabalho.

Relacionado ao ensino técnico profissional cumpre ainda referenciar que com o objectivo de coordenar o sistema profissional de Moçambique, o Conselho de Ministros criou através do Decreto nº37/92 de 27 de Outubro, que foi ratificado em 2016 pelo Decreto nº48/2016 de 1 de Novembro, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e determinou o seu estatuto orgânico. De entre vários objectivos, esta instituição

visava fornecer informação e orientação profissional para os alunos deste subsistema do SNE.

Ademais o governo criou a Estratégia de Emprego e Formação Profissional (EEFP), um instrumento do governo, transversal a todos os sectores do estado e do acesso à dinâmica do sector empresariado privado. Na perspectiva de Agibo (2016, p. 108), a implementação da EEFP poderia servir de subsídios e estimular reflexões mais profundas sobre a visão actual da orientação profissional.

Em 2003, o INEFP introduziu o Manual de Classificações Nacional de Profissões de Moçambique, uma estratégia inovadora na altura, que possibilitou a sistematização de todo um conjunto de profissões da população activa a nível nacional. Esta estratégia visava também alcançar como objectivo a orientação e informação profissional.

Como já foi dito nas secções anteriores, o PEETP (2018-2024, p. 17) prevê como acções prioritárias para a concretização do seu primeiro objectivo específico, o estabelecimento de serviços de orientação e aconselhamento profissional com o intuito de acompanhar o formando antes, durante e depois da saída da escola. Todavia, esta política deixa lacunas ao não clarificar o processo da sua implementação, ou seja, não especifica quem, onde e como será implementada.

A semelhança das anteriores, a recente lei nº18/2018 de Dezembro, já em vigor no ensino primário, é bastante evasiva em relação a percepção, concretização (procedimentos, técnicas e instrumentos), importância, grupo-alvo e, local (ou locais) de materialização dos serviços de Orientação Vocacional. O artigo 11 desta Lei, referente as características e objectivos do Subsistema de Educação Geral, considerado eixo central do SNE, anuncia, na sua alínea c) do número 3, que um dos objectivos deste subsistema é desenvolver uma orientação vocacional que permita uma harmonização entre as necessidades do país e as aptidões individuais.

Já na secção II, artigo 19, clarificando o conceito de “Educação Vocacional”, esclarece que – 1. Consiste na educação do jovem e do adulto que demonstrar talento e aptidão especiais nos domínios da ciência, da arte, do desporto, entre outros; 2. Realiza-se em escolas vocacionais; 3. O objectivo é desenvolver de forma global e equilibrada, a

personalidade do indivíduo e, 4. é feita sem prejuízo da formação própria do Subsistema de Educação Geral ou da Educação Profissional.

Porém, estas informações, presentes na Lei de SNE de Moçambique, reflectem a falta de clareza sobre os procedimentos para com esta área. Como se deve depreender, ao abordar a Educação Vocacional, num outro sector de desenvolvimento, a Lei de Ensino deixa transparecer que se trata de algo diferente e distante da orientação vocacional, pois, refere que esta decorre em escolas especiais e sem prejuízo da Educação Geral.

Por isso, segundo Ramos (2019, p. 21) em Moçambique, a orientação vocacional é vista como ensino vocacional destinado a jovens que demostram algum talento em ciências ou ofícios, no qual se faz um acompanhamento com vista a aperfeiçoar o talento, e esta política, de alguma forma discrimina indivíduos aparentemente sem nenhum talento, visto que não existe aconselhamento a estes de modo a se auto descobrirem.

Nota-se que embora o governo moçambicano, de forma esvaziada aborde a questão da orientação profissional e vocacional, a sua efectivação é quase inexistente em todo o sistema educativo de Moçambique. Porém, na actualidade algumas escolas, em sua maioria privadas, é que desenvolvem este processo. Nesta óptica, Agibo (2016, p. 109) reitera que os educadores, orientadores, psicólogos, em estreita colaboração com as instituições educativas, centros de formação, centros de promoção de empregos, entre outras entidades, disponibilizem programas, serviços, informações que possam auxiliar os adolescentes, jovens e adultos a explorar e tomar decisões sobre as próprias opções de carreira de forma mais coerente e confrontada com as oportunidades de emprego.

No contexto da escola, o trabalho de orientação profissional busca instrumentalizar a escolha e a construção da identidade profissional pela via do autoconhecimento e da articulação entre o conhecimento dos aspectos implicados no mundo do trabalho e o universo subjectivo de cada orientando. Parte-se do princípio que nossa vida é formada por escolhas e que uma das mais importantes e difíceis é a escolha profissional, e a orientação profissional actua como facilitadora para tal. Não significa que ao término do trabalho, o psicólogo dirá qual profissão o indivíduo seguirá, e sim, dará instrumentos para a decisão através de suas preferências e identificações (Leão, 2007, citado por Silva, 2016).

Por sua vez, Almeida e Pinho (2008) enfatizam que a escola, como instância formadora, tem um papel fundamental de proporcionar informações a todos alunos sobre as profissões existentes, levá-los a reflectir sobre o mundo do trabalho e a diversas possibilidades de actuação profissional.

2.5 Estratégia de Orientação Profissional e Vocacional para o Ensino Secundário Geral

Fullan e Hargreaves (2003) citados por Matlombe (2008), apresentam algumas acções que devem ser seguidas para que a orientação vocacional e profissional seja efectivada no contexto escolar:

- Desenvolvimento de uma educação experimental que forneça mais cedo oportunidades para testar várias opções profissionais;
- Atenção aos diversos contextos culturais;
- Formação de orientadores e professores sobre os perfis profissionais adequados a um mercado em mudanças;
- Integração de informação sobre carreiras em todas disciplinas do currículo; e
- Orientação profissional com reconhecimento de que a maioria dos alunos não frequentará a Universidade.

Considerando a orientação profissional como sendo um processo no qual o jovem reflecte sobre o seu momento decisório na profissão, bem como, algo na qual leva em consideração os aspectos que estão à sua volta: social, familiares e económicos, Costa (2007) diz que escola, juntamente com as instituições de ensino técnico profissional, instituições de ensino superior e as entidades empregadoras devem promover estratégias de orientação profissional, tais como: palestras, feiras profissionais e demais acções que difundem a diversidade de profissões tendo em conta as habilidades de cada estudante.

Para isso Levenfus (2016) citado por Agibo (2016, p. 217) em termos estratégicos, destaca a possibilidade de quatro modelos possíveis de introdução do OPV nas escolas (modelo extracurricular, modelos de disciplina própria, modelo integrado a uma disciplina e integrado no currículo).

Nesta óptica, Agibo (2016, p. 217) diz que no caso de Moçambique, deve ser anotado que a possibilidade de implementação de cada modalidade está estritamente condicionada a sensibilização política e social, primeiro, num nível mais amplo, que integra políticas públicas educativas e em segundo lugar, num nível restrito, que pode contemplar pesquisadores, professores, gestores da educação e os demais profissionais e educadores comprometidos com a educação de novas gerações.

Na visão de Tavares (2009, p. 44), perante o processo de orientação profissional e vocacional, compete as escolas:

- Apoiar os alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade pessoal e do seu projecto de vida;
- Planear e executar actividades de orientação escolar e profissional, nomeadamente através de programas a desenvolver com grupos de alunos ao longo do ano lectivo, e de apoio individual ao seu processo de escolha;
- Realizar acções de informação escolar e profissional sob modalidades diversas, garantindo a participação activa dos alunos na exploração das técnicas e materiais utilizados;
- Coordenar a planificação e acompanhamento de visitas de estudo, experiências de trabalho, estágios e outras formas de contacto dos alunos com o meio e o mundo das actividades profissionais;
- Colaborar com outros serviços, designadamente do Instituto do Emprego Formação Profissional, na organização de programas de informação e orientação profissional.

Segundo Rocha (2002, pp. 21-22), no processo de orientação profissional e vocacional devem ser discutidos, entre outros, os seguintes pontos:

- Importância dos conteúdos aprendidos em sala de aula para o futuro desempenho no trabalho, ou seja, contextualização do conteúdo aprendido, com a prática. O aluno precisa saber para quê está aprendendo determinado conteúdo, como esse conteúdo lhe será necessário na sua vida profissional;
- Relação homem-trabalho, dando ênfase aos interesses, valores, e as habilidades para o trabalho. Também é importante, aqui, trabalhar as questões

relacionadas ao mundo capitalista, desemprego, empregabilidade e direitos dos trabalhadores;

- Mercado de trabalho - Proporcionar discussão sobre as diferentes oportunidades e exigências do actual mercado de trabalho, novas competências necessárias para a inserção nesse mundo.

Para Nascimento e Machado (2019, p. 284), as propostas de OPV destinadas a estudantes do ensino público se mostram relevantes dos pontos de vista social e científico, desde que a abordagem tenha o compromisso social como referência para a condução do trabalho. A relevância social se justifica pelo impacto que a orientação causa aos jovens e às suas respectivas famílias, tendo em vista a importância deste tipo de acção na transição do ensino médio ao ensino superior e à entrada ou progressão no mundo do trabalho.

Além disso, as orientações realizadas em tais contextos são potentes para fomentar nos participantes a compreensão das realidades social, política e económica que os cercam. A relevância científica, por sua vez, decorre da possibilidade de publicação de resultados de intervenções e da descoberta de estratégias mais eficazes para responder às demandas de um público carente de acções efectivas para seus desenvolvimentos cognitivo, intelectual, académico e profissional (*Ibidem*).

Por tanto, podemos perceber de forma genérica que os serviços de orientação profissional e vocacional, bem implementados, podem trazer impactos positivos para os alunos do ensino público, pois em suas abordagens trazem temáticas como o conceito de trabalho; autoconhecimento; significado social do trabalho e sentido pessoal; profissões existentes; formas de acesso ao ensino superior; cultura das profissões universitárias; metodologias de expressão para objectivar pensamentos e organizar ideias; enfim, temática que podem enriquecer e dar mais ferramentas internas para uma escolha melhor direccionada.

2.6 QUADRO TEÓRICO

2.6.1 Teoria do Capital Humano

Olhando para a política de orientação profissional e vocacional patente nos documentos do sector da educação em Moçambique, percebe-se que está estreitamente ligada com a Teoria do Capital Humano, definidora de política educacional que tem por concepção a

relação directa e subordinada da educação escolar ao mercado, por isso, uma breve análise desta teoria faz-se necessária, para compreender em que medida esta teoria influencia na definição de políticas públicas educacionais voltadas para a orientação profissional.

A Teoria do Capital Humano, surgiu na década de 1950 com os estudos de Theodore W. Schultz (1961, 1968, 1973), na época professor da Universidade de Chicago, e foi desenvolvido e popularizado por Gary S. Becker (1993). Para estes autores, o Capital Humano resulta de investimento destinado a formação educacional e profissional dos indivíduos. Designa aptidões e habilidades pessoais, que podem ser naturais ou adquiridas pela aprendizagem, que possibilitam ao indivíduo auferir renda e o tornam mais produtivo. A ideia central da Teoria do Capital Humano é que o investimento na formação pessoal, ou seja, em Capital Humano, melhora a produtividade dos trabalhadores, o que pode alavancar o crescimento econômico de um país.

É com base nesta teoria que organismos internacionais como: Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), actuam como “intelectuais colectivos do sistema capital”, divulgando ideias e sugerindo medidas que reforçam a submissão da função social da educação ao regramento económico, segundo os interesses do grande capital (Frigotto, 2015, p. 217). Estes organismos, apesar de serem instituições transnacionais que actuam em áreas distintas, compartilham de uma mesma concepção de educação pautada em uma visão economicista, fortemente atrelada à ideia de capital humano. Segundo Frigotto (2013, p. 4), essa concepção educacional caracteriza-se pela adoção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores considerados como necessários para potencializar a força de trabalho e intensificar a produtividade do trabalhador, logo, para explorá-lo de forma mais intensa.

Nesta senda, a UNESCO nos finais dos anos 1990, organizou um Congresso Internacional sobre Técnicas Educacionais e Vocacionais, em Seul, apelando aos Estados membros a promoção de um “ensino centrado na necessidade de se desenvolver políticas de educação que visem promover habilidades e capacidades dos estudantes, tendo em conta as necessidades de desenvolvimento do capital humano e progressão profissional, procurando assim, transmitir conhecimentos, valores, competências e habilidades”.

Por conseguinte, segundo Frigotto (2013, p. 6) as políticas públicas educacionais dos países periféricos, como é o caso de Moçambique, ao aderirem a esses aspectos apontados pelos organismos internacionais, priorizam uma educação que forma os alunos apenas para o mercado de trabalho, sem propiciar uma formação integral em que eles possam desenvolver suas dimensões intelectuais, emocionais, físicas, sociais e culturais.

Portanto, a política de orientação profissional patente, por exemplo, na Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro e no Plano Estratégico do Ensino Técnico-profissional (2018-2014), procura conciliar o modelo das competências sustentado por uma das vertentes da economia marginalista, a teoria do Capital Humano.

2.6.2 Teorias Neoliberais

Vários autores mostram que as políticas educacionais na actualidade, em vários países, sofrem o impacto directo do neoliberalismo. Lenoir (2016, p. 137) citado por Libâneo (2018, p. 46) destaca a difusão do neoliberalismo em todas as esferas de atividade, inclusive no campo educativo e na instituição escolar, mostrando que se trata de uma ideologia que “induz a práticas sociais que visam uma modificação radical do ser humano – um ‘homem novo’ – e modelo de governança copiados da empresa”, tornando-se a referência de toda gestão da vida humana e social. Pacheco e Marques (2014) esclarecem que, no modelo neoliberal, finalidades educativas escolares surgem subordinadas a formas de governabilidade sustentadas pelo mercado. Conforme esses autores, “as novas formas de governabilidade são impostas pela standardização de resultados, em que ganha sentido a concepção de escola regulada por fatores de produtividade” (Pacheco & Marques, 2014, p. 20).

Em poucas palavras, percebe-se que o neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e económicas capitalistas que defende a não participação do estado a economia. Segundo Galvão (1997), o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo; nasceu na chamada Escola de Chicago, através dos postulados de dois economicistas Milton Friedmann e Frederic Hayek, na crise económica dos anos 60, com a acusação de ser o Estado o responsável pela crise.

A partir de 1990, políticas, diretrizes e normas em relação a políticas educacionais de países em desenvolvimento ou emergentes como é o caso de Moçambique passam a ser

formuladas de forma muito expressiva por organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial e a UNESCO. Por exemplo, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien (1990), estão presentes quatro finalidades educativas escolares: educação para satisfação de necessidades básicas, atenção ao desenvolvimento humano, educação para o mercado de trabalho e educação para a sociabilidade e convivência, conforme estudo de Libâneo (2016) citado por Libâneo (2018, p. 45).

Freitas (2011) argumenta que os organismos multilaterais, ONGs, movimentos pela educação vinculados a corporações empresariais, “procuram implementar a visão de educação como subsistema do aparato produtivo”, definindo objectivos para a escola a partir de necessidades estratégicas de mão de obra. Desse modo, a educação destina-se à formação de trabalhadores para necessidades imediatas da economia.

A escola do neoliberalismo, para Lenoir (2016) citado por Libâneo (2018, p. 47) busca o domínio de competências requeridas pelo mercado de trabalho em que “a função do sistema escolar é fornecer o capital humano necessário para as empresas e assegurar, desde a mais tenra idade, a inserção individual, enquanto capital humano, na lógica economicista do mercado”.

No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Vale ressaltarmos três objectivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...].
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...].
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (Marrach, 1996, pp. 46-48).

Foi nesse âmbito que em 1992 o Sistema Nacional de Educação moçambicana foi reajustado (Moçambique, 1992) de modo a refletir as transformações socioeconômicas e políticas de cariz neoliberal e por conseguinte aprovada a Política Nacional de Educação de 1995. Assim, as políticas da educação em particular do ensino secundário no sistema de educação moçambicana estão voltadas à inclusão, à formação e à preparação do capital humano.

Portanto a incorporação da política de orientação profissional e vocacional, visa em parte, responder as actuais exigências neoliberais, pois a importância do processo de orientação profissional e vocacional é evidenciada no facto de que, havendo uma identificação profissional, haverá maiores possibilidades de o indivíduo e desenvolver em todas as suas potencialidades.

Nesse sentido, Andrade, Meira e Vasconcelos (2002, p. 3), afirmam que “a fim de alcançar a eficácia do processo, alguns aspectos devem ser considerados; dentre eles, pode-se citar: (a) o papel do profissional de orientação profissional e vocacional frente a uma nova realidade sócio-cultural e económica, (b) a finalidade do processo de orientação profissional e vocacional que deve visar não apenas a informar sobre carreiras profissionais, mas também a trabalhar aspectos como o autoconhecimento e a questão da escolha em si, levando em consideração o mercado de trabalho.

Conclui-se, portanto, que o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor. Nesse sentido, análise da intervenção do neoliberalismo nas políticas educacionais em Moçambique evidencia a expansão das políticas mais convenientes aos interesses do capital. E a demais, a teoria neoliberal defende que a educação tem como objectivo formar os alunos para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O presente capítulo aborda os percursos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, concretamente. Primeiramente faz-se a descrição do local da pesquisa, em seguida faz-se a classificação da pesquisa quanto ao paradigma, o tipo de pesquisa, métodos usados e as técnicas e instrumentos de pesquisa, faz-se também a caracterização da população e da amostra, bem como, as técnicas de amostragem e finalmente a definição dos procedimentos de a recolha e análise dos dados.

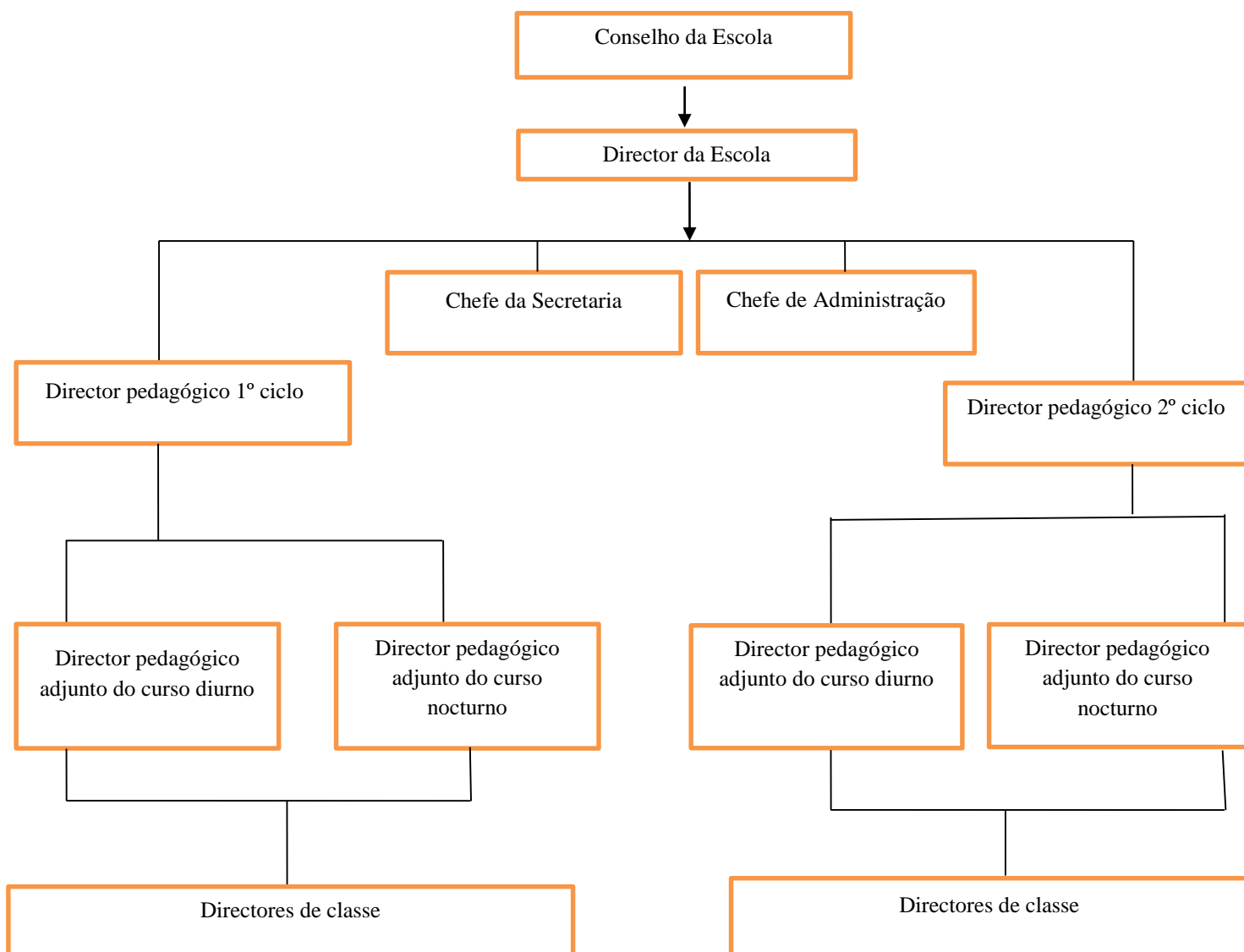
3.1 Descrição do Local da Pesquisa

A Escola Secundária Francisco Manyanga localiza-se na da cidade de Maputo, entre as Avenidas Mohamed Siad Barre e Avenidas 24 de Julho. Foi fundada por meio do Decreto nº39824, de 21 de Setembro de 1954 do Ministério do Ultramar, que criava um liceu de frequência mista em Lourenço Marques (actual Maputo) em 30 de Junho de 1955, por meio da Portaria nº15436.

O edifício que anteriormente era chamado de Liceu António Enes foi concluído em 1961 e inaugurado em 1962. Após a independência, em 1976, foi extinto o liceu e passou-se a chamar Escola Secundária Francisco Manyanga em homenagem a ex-guerrilheiro da Luta de Libertação de Moçambique. Actualmente a escola é composta por 50 salas de aulas, um laboratórios de Química, uma sala de Física, um gabinete de línguas, gabinetes de ciências, salas de conferências, biblioteca, sala de informática, ginásios, sala de professores, gabinetes para os directores e um campo múltiplo.

A escola conta actualmente com sete (7) directores, sendo um director da escola, um director adjunto pedagógico do 1º ciclo, um director adjunto pedagógico do 1º ciclo diurno e um director adjunto pedagógico do 1º ciclo nocturno, tem ainda um director adjunto pedagógico do 2º ciclo, um director adjunto pedagógico do 2º ciclo diurno e um director adjunto pedagógico do 2º nocturno. Conta ainda com um universo de 4186 alunos, dos quais 2142 alunos são do 1º ciclo e 2044 são do 2º ciclo. A escola tem ainda 130 professores de ambos os ciclos e 28 funcionários não docentes, totalizando um universo de 4344 elementos.

Estrutura Administrativa da Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações fornecidas pela escola

As escolas do Ensino Secundário Geral em Moçambique usam com predominância o modelo burocrático, tal como a Escola Secundaria Josina Machel, realizado através de cumprimento rigoroso das leis e normas. A descentralização no sector de educação em Moçambique não existe praticamente. O que ilustra o organograma acima é uma desconcentração e não descentralização. Para Fernandes (2005), a desconcentração é uma modalidade atenuada da centralização, pois, nada se altera e mantêm-se as características essenciais da centralização: uma estrutura hierárquica da administração e alguns poderes de decisão são tomados por agentes em posições intermédias ou mesmo inferiores da linha hierárquica.

A descentralização, em linhas gerais pode-se considerar que esse termo se caracteriza como um processo que confere às estruturas político-administrativas locais, autoridade para a formulação e decisão acerca de suas políticas e necessidades de natureza locais. Para o sistema de ensino em Moçambique isso é uma Utopia.

A escola foi selecionada com base no critério de proximidade do pesquisador, de modo a evitar custos de deslocação. Ademais foi selecionada devido a sua complexidade, sendo umas das maiores escolas da Cidade de Maputo e com maior número de alunos.

3.2 Caracterização da pesquisa

3.2.1 Quanto ao Paradigma

Nesta pesquisa, optamos pelo paradigma de pesquisa misto (quantitativo e qualitativo), que, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 29) como citado em Bonde (2022, p. 57), “é a combinação do enfoque quantitativo e qualitativo”. Já para Creswell (2010, p. 27), citado por Bonde (2022) “a pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”. “As tendências recentes optam mais no sentido de se mesclarem métodos qualitativos e quantitativos em um desenho” (Flick, 2009, p. 66).

3.2.1.1 Pesquisa Qualitativa

“A pesquisa qualitativa visa compreender, de forma detalhada, as características de um fenômeno social, isto é, o motivo do seu acontecimento na perspectiva dos participantes” (Domingos, 2017, p. 24). Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve.

Segundo Godoy a pesquisa qualitativa deve seguir metodologia coerente, a fim de responder ao tema em questão e de fornecer uma interpretação lógica dos dados colectados para embasar as conclusões de forma racional. Para ele, a pesquisa qualitativa parte de questões de interesses amplos, que vão se refinando na medida em que o estudo se desenvolve. “Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada,

procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (Godoy, 1995 p. 58).

Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo compreende que:

[...] ela se preocupa com determinado nível de realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar as suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (Minayo, 2008. p. 21).

3.2.1.2 Pesquisa Quantitativo

De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 25) citados por Bonde (2022, p. 60), “os pesquisadores quantitativos utilizam os modelos matemáticos, as tabelas estatísticas e os gráficos”.

De acordo com (Gil, 1991), ao se referir da pesquisa quantitativa, considera que nesta, tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

Utilizou-se a pesquisa quantitativa seguindo a ideia de Oliveira (2007, p. 58) ao afirmar de que “utilizar alguns dados quantitativos em uma pesquisa qualitativa é possível, visto que face ao novo paradigma da ciência contemporânea, no processo de contratação do conhecimento (epistemologia), deve se incluir a descrição de todos os fenômenos naturais”. O mesmo autor afirma ainda que esses dois tipos de abordagens não são excludentes, pois, na opção por uma pesquisa qualitativa, pode recorrer a dados quantitativos para melhor análise do tema em estudo e vice-versa.

Utilizou-se também o paradigma quantitativo porque precisou-se de saber o número exacto dos alunos que foram orientados nessa política de orientação profissional e vocacional. E precisou-se trabalhar com os dados estatísticos provenientes das respostas dos respondentes da pesquisa (professores e alunos) e a partir daí surgiram tabelas e gráficos.

3.3 Tipo de pesquisa segundo os objectivos

Quanto aos objectivos, esta pesquisa apresenta-se como sendo descritiva e exploratória.

3.3.1 Pesquisa Descritiva

Quanto aos objectivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. De acordo com o Bonde (2022, p. 61), “a pesquisa descritiva tem como finalidade compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação e tem por premissa buscar a resolução de problemas, melhorando suas práticas”. O mesmo autor aponta que os dados numa investigação descritiva são normalmente recolhidos mediante a administração de um *questionário*, a realização de *entrevistas* ou recorrendo a *observação* da situação real. Punch (2000) citado por Bonde (2022, p. 61) nos aconselha que, para uma área de pesquisa relativamente nova ou inexplorada, os estudos descritivos podem ser adequados. Usou-se a pesquisa descritiva para descrever o estágio actual das estratégias de orientação profissional e vocacional contidas nas políticas educacionais em Moçambique e no local de pesquisa.

3.3.2 Pesquisa Exploratória

Esta pesquisa é exploratória. De acordo com Gil citado pelo Leite (2015, p. 65), “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Também foi o que nós fizemos nesta pesquisa. Fizemos pesquisas bibliográficas sobre o tema usando as palavras chaves nos bancos de dados das dissertações e teses nos programas de Pós-graduação pelo mundo a fora. Bervian, Cervo e da Silva (2006, p. 63) afirmam que “a pesquisa exploratória não requiere a elaboração de hipóteses a serem testados no trabalho, restringindo-se a definir objectivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”. Por esta razão que nesta pesquisa não colocamos hipóteses.

3.4 Método de Pesquisa

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso. Optou-se pelo estudo de caso como estratégia de investigação por considerá-lo apropriado ao exame de “um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2005, p. 32). Essa estratégia abrange

três aspectos indispensáveis na análise de fenômenos sociais: a) lógica de planejamento – baseando-se em desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a pesquisa; b) diversificação de técnicas de coletas de dados – privilegiando a triangulação de dados e de sujeitos, bem como, valorizando o uso de várias fontes de evidências; c) abordagens analíticas específicas – uma vez que o fenômeno é analisado considerando-se o contexto no qual está inserido (Yin, 2005, p. 33).

O estudo de caso também se caracteriza como um “tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno” (Gonçalves, 2007, p. 69). “Uma grande quantidade de pesquisas qualitativas se baseia em estudo de caso” (Flick, 2009, p. 9). Optamos por ela pelas vantagens que nos apresenta, pois, o foco da investigação qualitativa é buscar o que está por detrás de um certo problema que inquieta as populações de um determinado país, região.

Como se referem Lüdke e André (2012), os estudos de caso de carácter qualitativo representam um grande potencial na compreensão das questões da educação e da escola em particular, uma vez que faz uma descrição rica das relações existentes no quotidiano da escola alvo e do meio em que ela se insere. Por se tratar de um estudo de caso, a pesquisa de campo decorreu na Escola Secundária Francisco Manyanga, localizada na Cidade de Maputo (Moçambique).

3.5 Técnicas de Recolha de Dados

De acordo com o problema levantado e os objectivos delineados, seleccionou-se as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista e questionário.

3.5.1 A pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica tem como objectivo “instituir o *corpus científico*, um sistema de ideias; é delimitar o tema em campo de pesquisa propriamente dito, possibilitando sua integração com outras formas de conhecimento” (Candiotto, Bastos e Candiotto, 2011, p. 117, citados por Bonde, 2022, p. 67).

Martins (2008, p. 19), nos alerta que “a escolha dos material bibliográfico se dará durante todo o processo de pesquisa, pois, á medida que o caso vai sendo revelado, poderá haver

necessidade de outros conhecimentos e teorias que possam suportar interpretações e conclusões. Nesta senda, foi feita pesquisa bibliográfica através de consultas nos Bancos de Dados Bibliográficos de referência no panorama nacional e internacional. No panorama nacional fez-se buscas nos repositórios da Faculdade de Educação da UEM, repositório da UEM e nos diversos repositórios das principais universidades do país, onde fez-se consultas de dissertações e teses. Fez também buscas de livros na Biblioteca Central Brazão Mazula da UEM, bem como, nas principais revistas eletrônicas de Moçambique. No panorama internacional, fez-se consultas de alguns artigos publicados nos acervos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic library Online* (SCIELO).

3.5.2 A pesquisa documental

A pesquisa documental foi uma das técnicas usada para a realização desta pesquisa. Tratou-se de uma técnica para confrontar os dados obtidos no campo. É aquela em que o pesquisador vai em busca dos documentos para confrontar com a realidade pesquisada (Bonde, 2022, p. 68). Segundo Chizzotti (2017, p. 26), a pesquisa documental visa responder às necessidades da investigação e pode, didaticamente, atender as seguintes questões: (i) Para que servem as informações documentadas; (ii) Quais documentos são necessários para realizar o estudo do problema; (iii) Onde encontra-los e (iv) Como utilizar-se deles para os objectivos da pesquisa.

A pesquisa documental é, pois, uma etapa importante para se reunir os conhecimentos produzidos e eleger os instrumentos necessários ao estudo de um problema relevante e actual, sem incidir em questões já resolvidas, ou trilhar percursos já realizados (Chizzotti, 2017).

A pesquisa documental foi utilizada para conhecer os elementos teóricos e normativos existentes sobre o problema estudado tais como: Lei nº4/83, Lei nº6/92 e Lei nº18/2018, todos do Sistema Nacional de Educação (SNE), Plano Curricular do Ensino Secundário Geral de 2007, Planos Estratégicos de Educação (PEE's) de 2006-2011, 2012-2016/2019 e 2020-2029, Política Nacional de Educação e suas Estratégias de Implementação de 1995, relatórios dos conselhos coordenados do Ministério de Educação, relatórios anuais do sector, e relatórios das escolas secundárias.

3.5.3 A entrevista

Severino (2016, p. 133) aponta que a entrevista é uma “técnica de colecta de informações sobre um determinado assunto, directamente solicitadas aos sujeitos pesquisados”. O pesquisador procura apreender o significado dos fenômenos ou o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Utilizaremos a técnica de entrevista para entrevistar os gestores da escola em análise. A opção pelo uso da técnica de entrevista se justifica pelo facto de a entrevista possibilitar o contacto directo com o conhecedor do assunto pesquisado.

A opção por esta fundamenta-se por um lado, porque contém perguntas mais abertas, com mais liberdade, e, em geral, podem ser respondidas dentro de uma conversa informal, além de ampla gama de possíveis entrevistados, e por outro, por permitir a grande flexibilidade nas perguntas, obtenção de dados não encontrados em fontes documentais, possibilidade de obter informações mais precisas, podendo ser confrontadas e comprovadas de imediato, e, porque fornece mais riqueza para obter o contexto.

Será aplicada uma entrevista do tipo semi-estruturada (APÊDINCE 1) para os gestores da Escola Secundária Francisco Manyanga na qualidade de representantes máximos desta instituição de ensino secundária. A entrevista semi-estruturada consistirá em responder a uma série de questões que envolverão o autor e os entrevistados num ambiente negociado para a obtenção de informações, pois “[...] a entrevista é uma comunicação bilateral [...]” (Richardson, 1989, p. 160). Aliás, Bogdan; Biklen (1994, p. 134) citado por Domingos (2017, p. 24), consideram que a “[...] entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo [...]”.

3.5.4 Questionário

O questionário é o “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo” (Severino, 2016, p. 134). É um instrumento de investigação destinado à colecta de dados baseando-se, geralmente, na investigação de um grupo representativo da população em estudo. Trata-se de um conjunto de perguntas

ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (Lakatos & Marconi, 2003, p. 201).

“Trata-se de um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objectivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada” (Chizzotti, 2017, p. 68).

Essa técnica foi escolhida porque permite obter em simultâneo, informações de grande número de pessoas em curto espaço de tempo e assegurar o seu anonimato. Para esta pesquisa, utilizou-se o questionários (APÊNDICE 2 e 3) para inquirir 50 professores e 100 alunos do 2º ciclo da Escola Secundaria Francisco Manyanga.

De referir que os questionários aplicados aos professores e alunos foi misto (com perguntas abertas e fechadas). Perguntas fechadas são aquelas para as quais todas as respostas possíveis são fixadas de antemão. Segundo Cervo e Bervian (2002) citados por Bonde (2022, p. 76), perguntas fechadas são as respondidas assinalando apenas um sim ou não, ou ainda, marcando uma das alternativas. Perguntas abertas são as que permitem uma livre resposta do informante (Cervo & Bervian, 2002, citados por Bonde, 2022, p. 76). Bardin (2016, p. 182) citado por Bonde (2022, p. 76) afirma que “na investigação por inquérito, o material verbal obtido a partir das questões abertas é mais rico em informações do que as respostas a questões fechadas”.

3.6 Validade de instrumentos de pesquisa

Conforme foi referido anteriormente, os instrumentos de recolha de dados foram os guiões de entrevista, questionário e a técnica de análise documental. Para o efeito, e de acordo com Lakatos e Marconi (2003), a validade de instrumentos de recolha de dados é imperiosa, porque permite verificar se os instrumentos respondem positivamente às necessidades da realização da pesquisa, sem deixar de fora factos, dados ou fenómenos relevante para o tema em estudo.

De forma a tornar estes instrumentos adequados e capazes de reflectir os objectivos definidos, foi feita uma testagem do questionário na Escola Secundária da Liberdade,

localizada no Município da Matola, Província de Maputo, envolvendo 20 alunos e 10 professores do 2º ciclo.

Após o pré-teste dos questionários, constatamos que não apresentavam graves problemas. Olhando para o questionário dirigido aos alunos, foi possível constatar que alguns alunos tinham dificuldades em responder o item 5.1 devido a incapacidade de argumentação, todavia, após uma breve explicação, este problema acabou sendo esclarecido.

3.7 Participantes da Pesquisa

3.7.1 População e amostra

População é o conjunto de indivíduos, dos quais se pretende colher dados para sustentar a pesquisa em curso e sabe-se que não é fácil trabalhar com o número total da população, desse modo vai-se selecionar a sua amostra. De acordo com Gil (2008), a amostra designa-se uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Tabela 1: População da Pesquisa

Grupo	Número	Sexo	
		M	F
Alunos do 2º ciclo	2044	945	1099
Professores	130	88	42
Gestores	7	7	0
Total	2181	1040	1141

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

3.7.2 Amostra da Pesquisa

Leite (2015, p. 121) afirma que “é quase impossível obter informações de todos os indivíduos ou elementos que formam o grupo pesquisado, seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados e o tempo pode tornar-se longo, actuando como agente de distorção”. Essas e outras razões obrigam os pesquisadores a trabalhar com apenas uma parte dos elementos, representante do todo pesquisado, que compõem o grupo a ser estudado. Daí decorre a necessidade de se usar uma amostra, que é “qualquer parte de uma população da pesquisa que será realmente investigada” (Leite, 2015, p. 121).

Lakatos e Marconi (2002, p. 83) afirmam que “amostra é portanto escolher uma parte (...) e de tal maneira que ela seja mais representativa possível de tudo e a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, pode inferir, mais legitimamente possível, o resultado da população total”.

Nesta pesquisa, trabalhou-se com os seguintes sujeitos da pesquisa: professores, alunos e os gestores da Escola Secundária Francisco Manyanga. Esses sujeitos foram escolhidos porque são agentes implementadores das políticas traçadas nas escolas, por isso, torna-se imperioso tê-los como sujeitos da nossa pesquisa, na tentativa de colher informações sobre o processo de orientação profissional e vocacional na escola em estudo. A tabela abaixo ilustra a participação numérica dos sujeitos da pesquisa:

Tabela 2: Participantes da pesquisa

Grupo	Número	Classes	
		11 ^a	12 ^a
Alunos	100	50	50
Gestores da escola	2	-----	-----
Professores do 2º ciclo	50	15	35
Total	152	65	85

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

3.8 Técnicas de amostragem

Para esta pesquisa optou-se pela amostragem *não-probabilística*. Para Gil (2008) esta amostragem não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador. E quanto ao tipo optaremos por uma amostragem *não-probabilística* por conveniência ou por acessibilidade, onde segundo Gil (2008), este tipo de amostragem constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.

3.9 Procedimentos de Recolha de Dados

Para a recolha dos dados desta pesquisa, primeiro fizemos pedido de uma credencial na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, que pudesse nos permitir recolher os dados na instituição. Em seguida entrou-se em contacto com direcção da

escola, fazendo a nossa apresentação mediante a credencial e explicando os objectivos da pesquisa e a sua relevância.

Após a autorização para a realização da pesquisa na escola, prosseguimos com a distribuição dos inquéritos por questionários aos participantes (professores e alunos do 2º ciclo), solicitando a sua participação na pesquisa através do preenchimento dos questionários, demonstrando claramente os objectivos da investigação para facilitar o preenchimento dos questionários.

Aplicamos o questionário a 50 professores do 2º ciclo, sendo 15 professores da 11ª classe e 35 da 12ª classe respectivamente. Foi-nos permitido frequentar a sala dos professores, pois é neste local onde os professores mais se concentram antes e depois das aulas. Sendo assim, o questionário era entregue a estes nesta sala e o seu preenchimento era imediato em alguns professores, enquanto que outros professores levavam uma hora ou mais para devolver os questionários. Salientar que este processo levou três (3) dias para ser concluído em virtude da falta de disponibilidade de alguns professores, todavia, conseguiu-se inquirir o número exacto de professores previstos nesta pesquisa.

Outro questionário foi aplicado a 100 alunos do 2º ciclo, sendo 50 alunos da 11ª classe e 50 da 12ª classe. Os alunos foram inqueridos num período de duas semanas. Na primeira semana foram inqueridos 50 alunos da 11ª classe e na segunda semana foram inqueridos os alunos da 12ª classe. A aplicação dos questionários aos alunos decorreu no período destinado a reunião de turma. Foi escolhido esse tempo para não perturbar o processo normal de ensino-aprendizagem. Foram seleccionados quatro turmas, sendo duas turmas da 11ª classe e duas turmas da 12ª classe, em cada turma foram seleccionados 25 alunos como amostra. No primeiro momento fez-se a apresentação e em seguida prosseguiu-se com a explicação dos objectivos da pesquisa, leitura e explicação das perguntas do questionário pelo pesquisador.

Por último, foi aplicada em simultâneo entrevistas aos gestores. No processo da entrevista, foi possível constatar que os entrevistados mostraram conhecimento da área em estudo, tendo ambos respondido satisfatoriamente todas as questões feitas pelo entrevistador. Salientar que, as entrevistas decorreram em ambiente de muita harmonia e descontração.

3.10 Procedimentos de Análise e Interpretação dos Dados

De acordo com Dencker e Viá (2011, p. 170) citados por Bonde (2022, p. 87) “realizada a colecta das informações, tem início a etapa mais importante da pesquisa – o processo de análise e interpretação dos dados, cujo objectivo é verificar se as suposições propostas pelo pesquisador nas suas hipóteses são ou não pertinentes ao problema estudado”.

Para esta pesquisa, usou-se como procedimento de análise de dados as técnicas de análise de conteúdo e análise estatística. Foi analisada a nova Lei nº18/2018 de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação. Nesta lei descreve-se sobre o sistema de ensino em Moçambique. A semelhança das anteriores leis do sistema educativo moçambicano (Lei nº 4/83 e 6/92), esta lei assume a responsabilidade em desenvolver uma orientação vocacional aos alunos do ensino secundário geral, segundo o artigo 11, na alínea c) “Desenvolver uma orientação vocacional que permita a harmonização entre as necessidades do país e as aptidões individuais, que permitam uma integração plena na sua comunidade”.

Foi também analisado o Plano Estratégico da Educação (2020-2029). Este plano apresenta abordagens de matriz estratégica para implementação do sistema de educação em Moçambique. Este plano tem como visão “Um Ensino Secundário massificado de qualidade que garanta competências essenciais aos jovens e adultos para a continuação de estudos, inserção no mercado de trabalho e na sociedade.” Ademais, objectiva “assegurar uma educação de qualidade, de modo que os alunos concluam o Ensino Secundário e estejam preparados para continuar os estudos, aceder ao mercado de trabalho e integrarem-se na sociedade”.

Analizou-se ainda o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (2007). Plano que orienta o funcionamento do ensino secundário geral moçambicano. Este plano aponta como um dos objectivos gerais do Ensino Secundário Geral “Criar oportunidades educativas diversificadas que permitam ao aluno desenvolver as suas potencialidades, actuando como um sujeito activo na busca do conhecimento e na construção da sua visão do mundo”. Em outro desenvolvimento, o plano afirma que a preparação do jovem passa pelo desenvolvimento de competências orientadas para a sua realização pessoal, para sua integração bem sucedida numa sociedade em mudanças rápidas e para as novas dinâmicas do sector laboral.

Foi ainda objecto de análise o Plano Estratégico do Ensino Técnico-Profissional (2018-2024). Documento que orienta as acções para o ensino técnico-profissional. Ciente da importância da orientação profissional e vocacional, este plano prevê como acções prioritárias para a concretização do seu primeiro objectivo específico, o estabelecimento de serviços de orientação e aconselhamento profissional com o intuito de acompanhar o formando antes, durante e depois da saída da escola.

Uma análise efectuada ao Decreto nº48/2016 de 1 de Novembro, Decreto que cria o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), aponta que de entre vários objectivos, fornecer informação e orientação profissional para os alunos deste subsistema do SNE.

A análise das respostas das entrevistas, efectuou-se por núcleos de sentido, ou seja, palavras ou expressões que denotam a mesma ideia os quais dentro do contexto da entrevista fossem semelhantes e pudessem ser agrupados (Bardin, 1988). Isso possibilitou identificar que situações, problemas, justificativas, características etc. foram mais recorrentes.

Posteriormente, fez-se o tratamento dos resultados obtidos. Na óptica de Bardin (2016, p. 131) citado por Bonde (2022, p. 89), o tratamento dos resultados obtidos constitui a terceira fase de análise de conteúdo. Aqui os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e validos. Operações simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem e põem em relevo as informações fornecidas. Neste sentido, esta fase foi usada para a elaboração dos gráfico e tabelas, com recurso a cálculo de frequência e da percentagem, recorrendo-se ao pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) na sua última versão 22. Importa ainda salientar que os dados obtidos, a partir dos instrumentos administrados (questionário e entrevista), foram analisados e triangulados com a revisão da literatura, como forma de dar mais sustentabilidade os dados recolhidos.

3.11 Técnicas usadas no tratamento de dados qualitativos

Para a análise do conteúdo das respostas fornecidas por cada respondente e sua posterior interpretação, fez-se o seguinte tratamento dos dados:

- Transcrição de todas as respostas das perguntas das entrevistas;
- Agrupamento ou classificação dessas respostas mediante o estabelecimento de relações entre si; e,
- Codificação e categorização dos agrupamentos de dados.

3.12 Técnicas usadas no tratamento de dados quantitativos

Para os dados quantitativos o tratamento consistiu basicamente em três tarefas, nomeadamente:

- Identificação de todos os dados numéricos;
- Transcrição dos dados numéricos; e,
- Organização/montagem da base de dados e a inserção dos dados (números) segundo as tendências das respostas dos inquiridos.

Feito a montagem da base de dados, efetuaram-se os cálculos de frequência e a respectiva percentagem que estão representados em tabelas e gráficos que constam do capítulo sobre a apresentação e descrição de dados desta pesquisa.

3.13 Questões éticas

Para a realização do trabalho na escola foi feita uma petição de uma credencial (ANEXO 1) junto à ao registo académico da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), solicitando a recolha de dados sobre o tema na escola em estudo.

Após isso, foi feito o contacto com a direcção da escola para a respectiva autorização da realização da pesquisa. Antes da aplicação dos instrumentos de recolha de dados fez-se os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa, indicando os objectivos e as finalidades da pesquisa. De salientar que durante a análise dos dados foi garantido o anonimato dos participantes. Os participantes foram codificados com as seguintes sigras AL1... até AL100 para nos referirmos aos alunos. Quanto aos professores, estes foram codificados com as seguintes siglas P1... até P50. E os gestores foram tratados como G1 e G2 para garantir o seu anonimato.

3.14 Limitações

Na realização deste trabalho, teve-se como limitações a relutância dos professores para o preenchimento dos questionários, bem como, para a realização das entrevistas, todavia, após insistência por parte do investigador, foi possível aplicar os instrumentos de recolha de dados a todos os intervenientes previstos neste trabalho.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo dedica-se à apresentação, análise e interpretação dos dados obtidos através da análise documental, do questionário e das entrevistas. Neste capítulo primeiro fizemos a caracterização dos participantes da pesquisa, Seguidamente, apresentamos, analisamos e discutimos os dados obtidos tendo em conta os objectivos específicos traçados nesta pesquisa.

4.1 Características dos Participantes

A tabela abaixo apresenta as características dos participantes deste estudo. Os alunos foram caracterizados tendo em conta as seguintes variáveis: sexo, idade e classe de frequência. Os professores foram caracterizados de acordo com as seguintes variáveis: sexo, idade, grau académico, anos de experiência como professor e classe que lecciona na escola em estudo.

Quadro 2: Características dos Participantes

Participantes	Categoria	Nº	Percentagem (%)	
Alunos	Sexo	Masculino	45	45
		Feminino	55	55
		Total	100	100%
	Idade	15 – 18 anos	88	88
		18 – 25 anos	12	12
		Total	100	100%
	Classe	11ª classe	50	50
		12ª classe	50	50
		Total	100	100%
Professores	Sexo	Masculino	29	58
		Feminino	21	42
		Total	50	100%
	Idade	26 - 35 anos	7	14
		36 – 45 anos	14	28
		Mais de 45 anos	29	58
		Total	50	100%
	Grau académico	Licenciatura	46	92
		Mestrado	4	8
		Total	50	100%
	Anos de experiência	11 – 15 aos	15	30
		Mais de 15 anos	35	70
		Total	50	100%
	Nível que lecciona	11ª classe	15	30
		12ª classe	24	48
11ª e 12ª classes		11	22	
Total		50	100%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com a tabela acima, a amostra de alunos é constituída por 100 alunos e são representados maioritariamente por alunos do sexo feminino com 55% de

representatividade, sendo que o sexo masculino é representado por 45%. Em termos de idade, 88% dos alunos possui idades compreendidas entre os 15 a 17 anos de idade e apenas 12% estão no intervalo dos 18 – 25 anos de idade, sendo assim, os alunos estão na fase terminar da adolescência. Do ponto de vista vocacional, a adolescência é caracterizada como a fase de transição entre a fantasia e o realismo (Super, 1995).

As escolhas e os sonhos profissionais passam a ser formulados com base na apreciação das actividades que realizam e na auto avaliação de interesses por certas disciplinas (Taveira, 1999). Com isto, assume-se que a orientação profissional e vocacional deve ser feita principalmente na adolescência (12 – 17 anos), pois é nesta fase da vida que o indivíduo apresenta várias dúvidas sobre quem ele é, quem ele quer ser e o que ele quer fazer.

A amostra dos professores foi composta por 50 elementos, destes e de acordo com a tabela acima exposta, a maior parte são do sexo masculino, com 58% de representatividade e 42% são do sexo feminino. Em termos de idade, nota-se que 58% dos professores inqueridos tem mais de 45 anos de idade, enquanto que 28% estão no intervalo dos 36 – 45 anos, por fim 14% tem idades compreendidas entre 25 – 35 anos de idade.

No quesito grau académico, verificou-se que 92% destes são licenciados e apenas 8% tem o grau de mestres. Portanto, esta prática se alinha com os intentos da Política Nacional de Educação (PNE) que defende, por exemplo, que “os professores para o Ensino Secundário Geral deverão possuir o nível mínimo de formação de bacharelato” (Bonde, 2016, p. 11). Os documentos oficiais do sector afirmam também que “no Ensino Secundário Geral do II Ciclo, mantém-se a política de contratar professores com a formação superior, bacharéis e/ou licenciados,” (Lobo *et al.*, 2009). Todavia, Bonde (2016) afirma que:

este nível (licenciatura) de formação dos professores, não deve ser generalizado a nível nacional tendo em consideração que a cidade de Maputo concentra grande parte dos académicos por ser capital do país, onde se encontra-se a maior parte das Universidades Públicas e Privadas (Bonde, 2016, p. 91).

Em relação aos anos de experiência como professor, nota-se que com uma margem de 70% a maioria tem mais de 15 anos de experiência como professor, contra 30% que tem entre os 11 – 15 anos de experiência. Por tanto, nota-se que a maioria dos professores tem

uma vasta experiência no ramo da docência, neste sentido, assume-se que os professores responderam com autoridade as perguntas deste estudo. Por fim, 48% dos professores inqueridos leccionam a 12ª classe, contra 30% que leccionam a 11ª classe e finalmente 22% leccionam ambas as classes (11ª e 12ª classes).

Já o gestor 1 (**G1**) é um indivíduo de mais de 40 anos de idade. Está a mais de 20 anos no ramo da educação. Desempenha o cargo de gestor há precisamente um ano até o dia da nossa entrevista. Fez o seu Bacharelato no ano de 2004 em Ensino da Língua Portuguesa pela extinta Universidade Pedagógica, Delegação de Maputo, a então Universidade Pedagógica de Maputo, onde veio a concluir a sua Licenciatura na mesma área e na mesma instituição no ano de 2007. Até o dia da nossa entrevista se encontrava a frequentar o Mestrado em Ciências de Educação na Universidade São Tomás de Moçambique.

O gestor 2 (**G2**) tem mais de 35 anos, com uma experiência de mais de 10 anos como professor e desempenha o cargo de gestor a um ano. É Licenciado em ensino de língua Inglesa pela Universidade Pedagógica de Maputo.

4.2 Políticas de orientação profissional e vocacional para o Ensino Público

Com base na análise documental feita nos documentos oficiais do sector de educação sobre a orientação profissional e vocacional em Moçambique, foi possível perceber que não existe uma política específica para esta área, todavia as políticas educacionais de Moçambique priorizam esta área como sendo relevante para orientar alunos para as suas futuras profissões ou cursos vocacionais, mas sem no entanto, avançarem outros pormenores ou acções necessárias para o efeito. São “ideias vagas” que aparecem nos documentos do sector para orientar estudantes do Ensino Básico, Ensino Técnico Profissional e do Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo.

São exemplos dos documentos normativos que abordam a Orientação Profissional e Vocacional para os alunos os seguintes: Lei 18/2018 de 28 de Dezembro, lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Plano Estratégico de Educação 2020-2029, Política Nacional de Educação e suas Estratégias de Implementação (1995).

Fazendo uma análise na Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro, lei do sector da educação, foi possível constatar que a Orientação Profissional e Vocacional constitui preocupação para este sector, nesse âmbito, na alínea c) do número 3 do artigo 11, sobre o Subsistema de Educação Geral estabeleceu como objectivos:

Desenvolver uma orientação vocacional que permita uma harmonização entre as necessidades do país e as aptidões individuais (SNE, 2018).

Ainda na lei do SNE, o governo estabelece um subsistema de Educação Vocacional, voltada para educação do jovem e do adulto que demonstrar talento e aptidão especiais, embora deixa transparecer que se trata de algo diferente e distante da orientação vocacional, pois, refere que esta decorre em escolas especiais e sem prejuízo da Educação Geral, priorizando os alunos com algum talento e discriminando os indivíduos aparentemente sem nenhum talento.

Olhando para o Ensino Técnico Profissional (ETP), em concreto para o seu plano estratégico de 2018 a 2024, defende o seguinte:

“a orientação profissional também constitui uma prioridade neste subsistema de ensino, por isso, estabelece os serviços de orientação e aconselhamento profissional para os alunos como sendo um dos objectivos prioritários”(PEETP, 2018, p. 17).

Outro documento oficial analisado foi o Decreto nº48/2016 de 1 de Novembro, que cria o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP). Este decreto também prioriza como um dos seus objectivo, fornecer informação e orientação profissional para os alunos deste subsistema do SNE.

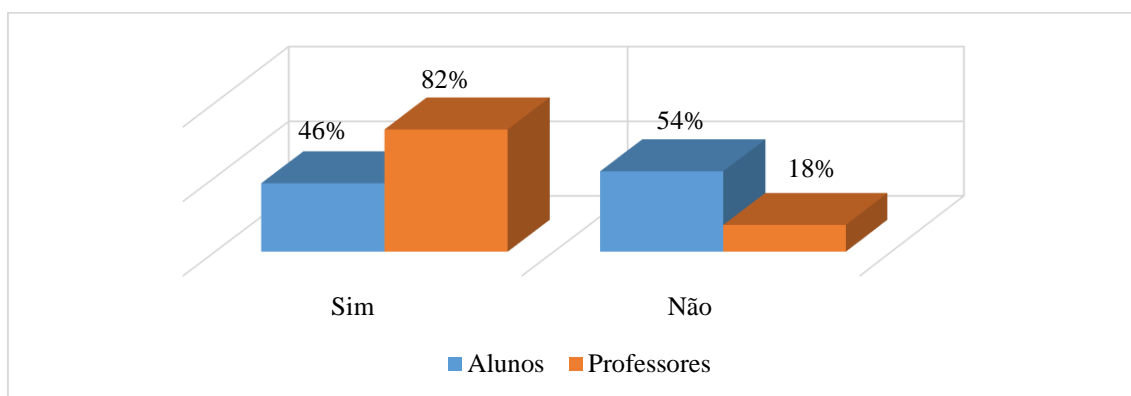
De salientar que, embora alguns documentos oficiais do governo e do sector da educação abordarem a questão da Orientação Profissional e Vocacional nas escolas, estas políticas, em comum deixam lacunas em relação as acções para sua implementação e efectivação.

Para o PEETP (2018) A orientação profissional deve observar três fases:

a) antes do ingresso do aluno no subsistema, para orientar os alunos na escolha da especialidade tendo em conta a sua vocação ou potencial de adaptação e desenvolvimento. Neste sentido, é preciso orientar a inserção e escolha de cursos para candidatos com Necessidades Educativas Especiais, fornecendo

informações sobre a disponibilidade de oferta formativa face à natureza e tipologia de Necessidades Educativas; b) Acompanhamento durante o percurso de formação para confirmar e prestar esclarecimentos, nos casos de eventual necessidade de mudança de curso e prestar apoio pedagógico; c) O Serviço de Orientação e Aconselhamento apoiará os graduados no complexo processo de inserção no mercado de trabalho quer formal quer informal ou mesmo iniciar o seu próprio negócio (PEETP, 2018, p. 17).

Gráfico 1: Nível de conhecimento da existência de políticas e estratégias de orientação profissional e vocacional no ensino secundário geral em Moçambique

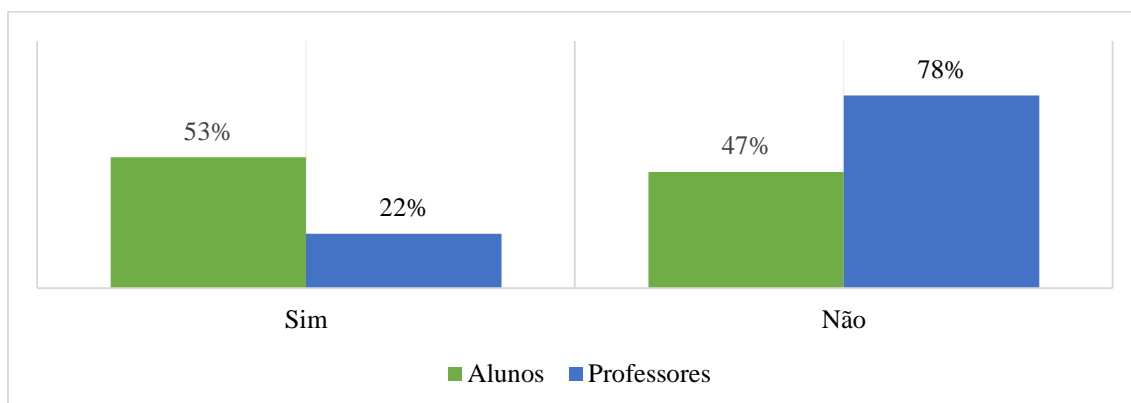


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como ilustra o gráfico acima, a percentagem maior (54%) de alunos já tinha ouvido falar da orientação profissional e vocacional durante a sua formação académica na Escola Secundária Francisco Manyanga.

Quanto aos professores, o gráfico acima nos mostra que 82% dos professores inqueridos responderam-nos de que já ouviram falar da actual estratégia de orientação profissional e vocacional e 18% afirmaram de que nunca tinham ouvido.

Gráfico 2: Existência ou não da prática de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A segunda pergunta deste objectivo visava saber dos alunos, professores e gestores se existe prática da orientação profissional e vocacional na escola em estudo. Assim, dos 100 alunos respondentes, 54% responderam haver prática da Orientação Profissional e Vocacional na escola. Em seguida, observa-se um outro grupo de alunos na margem de 46% que responderam não haver Orientação Profissional e Vocacional para os alunos.

Conforme ilustra o gráfico 2 acima, os professores (78%) nos responderam de que, na Escola Secundária Francisco Manyanga não há prática da orientação profissional e vocacional para os alunos, contrariando assim, as respostas dos alunos sobre essa questão. O posicionamento dos professores consideramos verdadeira porque segundo como apuramos, a nível das escolas, em particular as escolas secundárias públicas, a revisão dos documentos e da literatura acerca da Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique, fez-nos perceber que a aplicação deste processo é quase inexistente. Ademais, no decorrer dos inquéritos, foi possível perceber que as respostas dos alunos revelavam falta de conhecimento sobre o que é orientação profissional e vocacional e como se processa.

Das respostas dadas pelos gestores entrevistados nesta pesquisa foi possível perceber que a escola dispõe da Orientação Profissional e Vocacional, mas de forma não convencional, aliada a falta de profissionais especializados na área, ou seja, os gestores admitiram haver uma orientação profissional e vocacional baseada em métodos superficiais de orientação, conforme ilustram os relatos abaixo:

Existe sim, mas não no seu sentido original, pois a escola não possui psicólogos, o que a escola tem feito são palestras para os alunos, onde olhando para as habilidades dos alunos, são orientados a seguir áreas que vão de acordo com as suas habilidades, ou seja, se o aluno tem notas “brilhantes” no grupo de ciências, recomendam-no a seguir a secção de ciências e se ele tiver quedas nas ciências recomendam-no que ele siga o grupo de letras... (G1). Podemos afirmar que existe sim, a escola disponibiliza a tabela de opções no decurso das matriculas para o 2º ciclo... (G2).

Esta prática se alinha com os posicionamentos de Almeida e Pinho (2008) ao afirmarem de que a “escola, como instância formadora, tem um papel fundamental de proporcionar informações a todos alunos sobre as profissões existentes”.

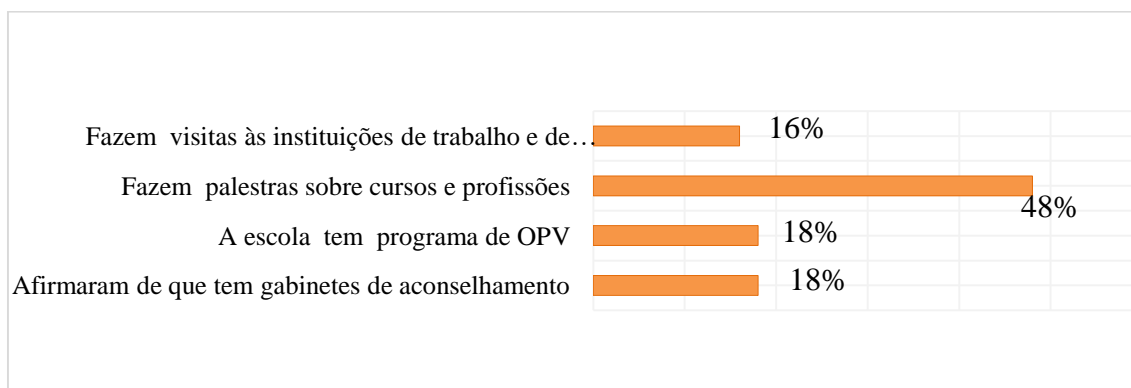
As declarações do gestor 1 (G1) são fundamentas em Ussene (2011, p. 246), quando diz que a escolha da profissão é determinada muitas vezes pelos resultados escolares dos alunos (ex: apenas os que têm as melhores notas na escola projectam continuar e colocam hipóteses vocacionais alternativas e escolhem), ou com base em alguma informação vocacional explorada casualmente e de modo pouco intencional.

Ademais, Chibemo (2018, p. 69) diz que “a orientação profissional vocacional nas escolas secundárias moçambicanas é quase inexistente e, a existir, é de fraca qualidade, uma vez que tudo indica que os profissionais do ensino secundária sabem pouco acerca do mercado de trabalho, além disso, as pessoas que trabalham no domínio da orientação profissional e vocacional nas escolas não são especialistas em orientação profissional e vocacional.

4.3 Estratégias de orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino médio em Moçambique

Com vista a dar respostas a este objectivo específico, foi elaborada uma questão para os alunos, visando saber sobre as estratégias de orientação profissional e vocacional adoptadas pela escola para os alunos do 2º ciclo e uma questão ao professores, visando saber sobre a eficácias de tais estratégias.

Gráfico 3: A implementação da Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do 2º ciclo na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O Gráfico 3 indica as percentagens sobre as estratégias de orientação profissional e vocacional adoptadas para os alunos do 2º ciclo na escola Secundaria Francisco Manyanga na cidade de Maputo. Estes dados demonstram que a Escola Secundária Francisco Manyanga tem incorporado as palestras sobre os cursos e profissões como estratégias para orientar os alunos do 2º ciclo profissionalmente e vocacionalmente.

Estas práticas se alinham com o posicionamento de Costa (2007, p. 83) ao afirmar de que “a escola, juntamente com as instituições de ensino técnico profissional, instituições de ensino superior e as entidades empregadoras devem promover estratégias de orientação profissional, tais como: palestras, feiras profissionais e demais acções que difundem a diversidade de profissões tendo em conta as habilidades de cada estudante”.

Gráfico 4: Eficácia das actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com gráfico 4 acima exposto, 84% dos professores inqueridos responderam-nos de que as actuais estratégia de orientação profissional e vocacional não são eficazes

e 16% disseram-nos de que são eficazes. Por tanto, nota-se que embora o governo moçambicano, de forma evasiva aborde a questão da orientação profissional e vocacional, a sua efectivação não é eficaz em todo o sistema educativo de Moçambique.

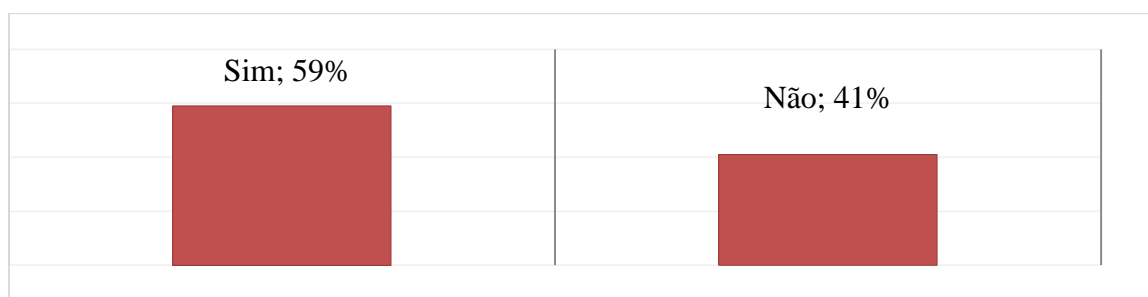
Com as respostas dos gestores entrevistados nesta pesquisa, foi possível depreender que essas estratégias não são eficazes, segundo os relatos abaixo:

As estratégias de Orientação Profissional e Vocacional patentes, por exemplo na Lei do SNE, não se fazem sentir nas escolas secundárias, isso porque a sua implementação não acontece de forma efectiva, por isso não são eficazes, além disso não temos profissionais especializados nessa área. Então há uma necessidade de fazer-se um investimento robusto para a eficácia dessas estratégias a nível das escolas... (G2). Olhando para a realidade da nossa escola, não são eficazes, contudo a escola faz um grande esforço para que os alunos tenham uma orientação... (G1).

4.4 Implementação de estratégias de orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga

Para o alcance deste objectivo específico foram elaboradas seis perguntas no questionário dirigido aos alunos do 2º ciclo e três perguntas no dos professores.

Gráfico 5: Alunos(as) que beneficiaram e os que não beneficiaram da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

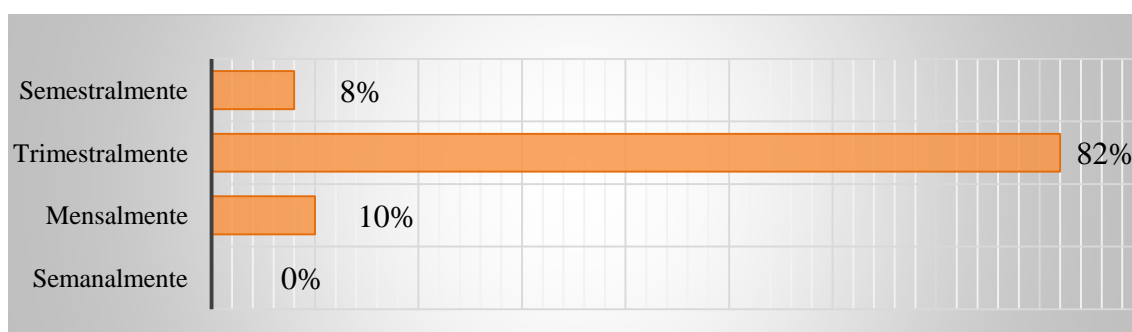
Conforme nos ilustra o gráfico 5, a maior parte dos alunos respondentes (59%) já se beneficiaram da orientação profissional e vocacional desde a sua entrada na Escola Secundária Francisco Manyanga e os restantes 41% responderam de que nunca teriam se beneficiado.

Sobre esta questão, os gestores não souberam quantificar com exactidão o número de alunos que beneficiaram da Orientação Profissional e Vocacional nesse período. Todavia relataram que as palestras orientadoras abrangem cerca de 1200 alunos em cada ano.

Neste sentido, fazendo uma soma com o intervalo do período em análise nesta pesquisa (2016 – 2020), pode-se afirmar com base nas respostas que 4800 alunos já se beneficiaram da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga. A seguir apresentam-se alguns trechos das respostas dos entrevistados em relação a essa questão:

Não temos números exactos dos beneficiários, mas as brigadas que tem vindo fazer palestras orientadoras (brigadas do MINEDH) abrangem cerca de 300 alunos em cada trimestre, o que perfaz, no mínimo 1200 alunos por ano abrangidos pelas brigadas de Orientação Profissional e Vocacional... (G2). Difícil é dizer quantos alunos a escola orientou, uma vez que não temos registos, mas o nosso anfiteatro (onde ocorrem as palestras) cabem mais de 300 alunos e toda vez que são feitas as palestras sobre a orientação, há muita aderência por parte dos alunos, lotando o anfiteatro, então a partir daí, pode-se fazer uma estimativa de quantos alunos mais ou menos a Orientação Profissional e Vocacional beneficia... (G1).

Gráfico 6: Período em que ocorre a Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os alunos foram questionados sobre o período em que ocorre a orientação profissional e vocacional na escola pesquisada, desta feita, de acordo com o gráfico acima exposto, dos 100 respondentes, 82% responderam que a Orientação Profissional e Vocacional ocorre trimestralmente, seguida de 10% dos respondentes que afirmaram que a Orientação

Profissional e Vocacional ocorre mensalmente e finalmente 8% dos respondentes disseram que a Orientação Profissional e Vocacional acontece semestralmente.

Das respostas dadas pelos gestores entrevistados e fazendo uma triangulação com as respostas dos alunos e professores sobre esta questão, constatou-se que acontecem trimestralmente, com maior ênfase no 1º e 2º trimestre, segundo os nossos entrevistados:

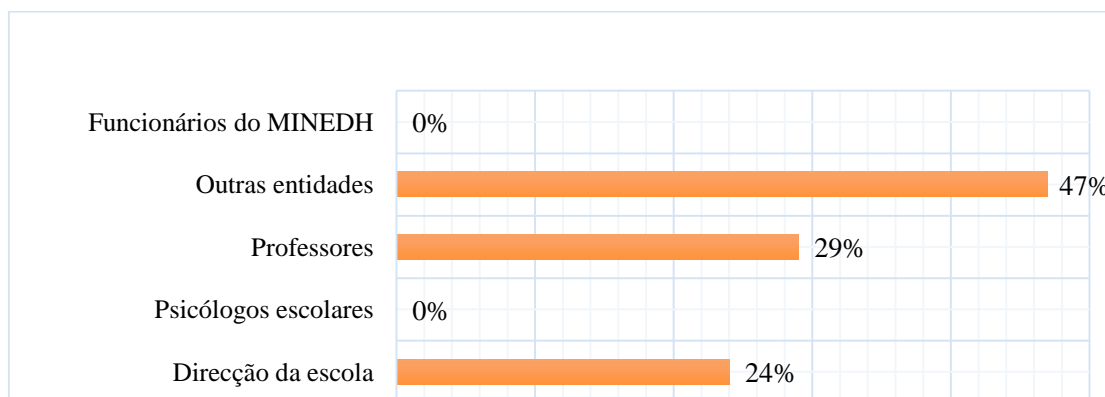
Este processo de orientação acontece logo no início das matrículas, mas as palestras realizadas pelas brigadas de Orientação Profissional e Vocacional que operam nesta escola acontecem no 1º e 2º trimestre... (G1). As palestras orientadoras acontecem em todos os trimestres do ano. A escola cria essas palestras durante as reuniões de turma e muitas das vezes acontecem para os alunos da 11ª e 12ª classe. Também, uma vez em cada trimestre tem vindo instituições do sector privado fazer palestras sobre o mercado do trabalho para os alunos do 2º ciclo... (G2).

Com isto, verifica-se através das respostas dos respondentes que a orientação profissional e vocacional ocorre trimestralmente na Escola Secundária Francisco Manyanga, a divulgação deste processo está a cargo da direcção da escola e acontece momentos depois das entidades responsáveis pelo processo de orientação contactarem a direcção com o interesse em realizar a orientação. Segundo Emmerling e Cherniss (2003) citados por Ussene (2011, p. 51) “a que ter em conta que as decisões de carreira que o indivíduo faz, começam em primeiro lugar, com as fantasias de carreira que a criança tem, a partir da exploração do ambiente e da identificação com os adultos, e continuam através da adolescência e idade adulta, envolvendo uma complexa síntese de componentes pessoais, sociais e ambientais”. Nesta vertente, a orientação profissional e vocacional deve ocorrer desde a tenra idade, isto é, a partir dos primeiros três ou quatro anos de vida (Super, 1990).

Ademais, nos gestores entrevistados, constatou-se pouco conhecimento em relação ao ano de início da Orientação Profissional e Vocacional na escola, conforme ilustram as transcrições das respostas abaixo:

Em relação ao ano de início da implementação da Orientação Profissional e Vocacional nesta escola, não posso precisar, mas a distribuição da tabela de opções de secções e cursos superiores acontece antes mesmo da minha entrada nesta escola... (G2). Não tenho conhecimento do ano em que a escola iniciou a implementar a Orientação Profissional e Vocacional para os alunos... (G1).

Gráfico 7: Responsáveis pela divulgação da estratégia Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga

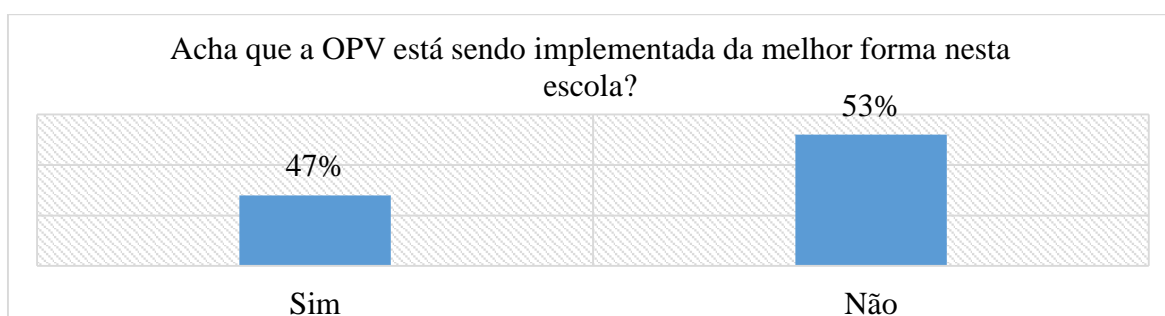


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Procurou-se saber dos alunos sobre os responsáveis pela orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga. Conforme ilustra o gráfico 7 acima, dos 100 respondentes, 47% responderam que outras entidades é que são os responsáveis pela Orientação Profissional e Vocacional. Por sua vez, 24% dos respondentes afirmou que a responsabilidade pela Orientação Profissional e Vocacional é da direcção da escola. Enquanto que 29% responderam que são os professores os responsáveis pelo processo.

Neste sentido, de acordo com as respostas dos alunos, os responsáveis pela Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga são outras entidades. Refira-se que outras entidades são parceiros da escola que auxiliam a escola em várias actividades, como são os casos de ONG que actuam no ramo da educação, todavia, não foi possível obter os nomes dos parceiros que actuam nessa área.

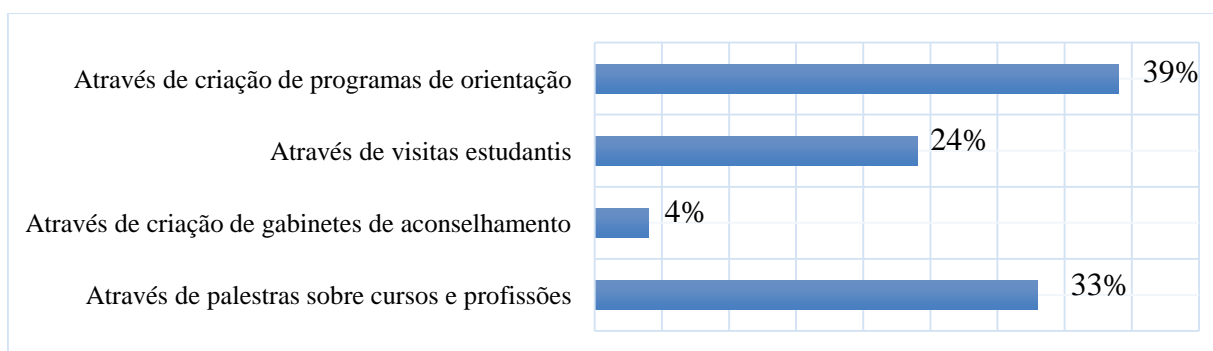
Gráfico 8: Forma de implementação da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor(2023)

Os alunos, foram questionados ainda se achavam que a Orientação Profissional e Vocacional na escola está sendo implementada da melhor forma. Com isto, nota-se no gráfico acima que dos 100 respondentes, 53% responderam que não e os restantes (47%) responderam que sim. Sendo assim, de acordo com as respostas dos alunos, a implementação da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga não tem sido da melhor forma possível.

Gráfico 9: Formas que gostariam que fosse feita a Orientação Profissional e Vocacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

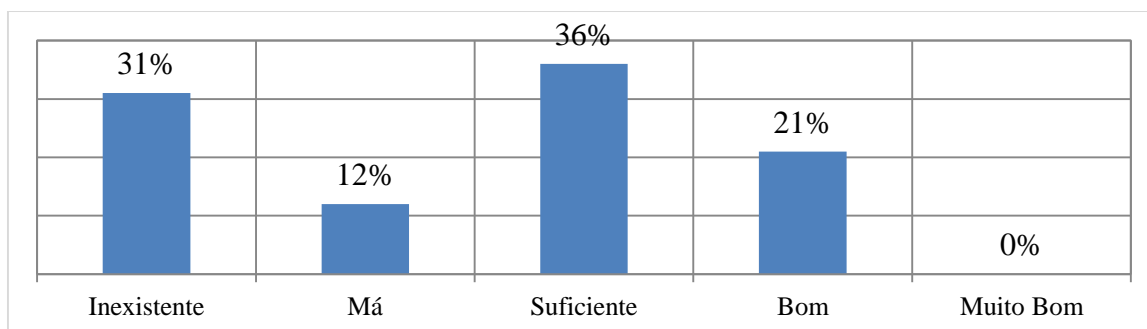
Os alunos foram questionados sobre como é que gostariam que a orientação fosse feita na escola. Nesta senda, verifica-se acima que 39% dos respondentes afirmaram que gostariam que a Orientação Profissional e Vocacional fosse feita através de criação de programas de orientação, em seguida, 33% responderam que gostaria que fosse através de palestras sobre cursos e profissões. Um grupo de 24% dos respondentes disseram que gostariam que fosse através de criação de gabinetes de aconselhamento e por fim, 4% responderam que gostariam que fosse através de visitas estudantis.

Assim, pode-se concluir que os alunos da Escola Secundária Francisco Manyanga gostariam que a orientação fosse feita através de programas de orientação profissional e vocacional. Segundo Taveira (2005), a modalidade de intervenção com programas, na Psicologia e em contexto educativo, cresceu rapidamente e tem merecido um maior destaque.

Para Jardim (2006) citados por Silva (2013, p. 31), os programas consistem numa intervenção sistemática e intencional, sendo produto da identificação das necessidades de uma população. Neste sentido, Walz e Benjamim (1983) citados por Silva (2013, p.31)

consideram que os programas de intervenção em Orientação Profissional e Vocacional (OPV) nas escolas públicas podem fornecer oportunidades de os estudantes discutirem sobre a sociedade, o mundo do trabalho e os significados da escolha profissional, o que possivelmente os prepararia para uma entrada mais crítica e consciente no mundo do trabalho, bem como, desempenham um papel importante no que concerne à prevenção do insucesso e do abandono escolar.

Gráfico 10: Nível da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

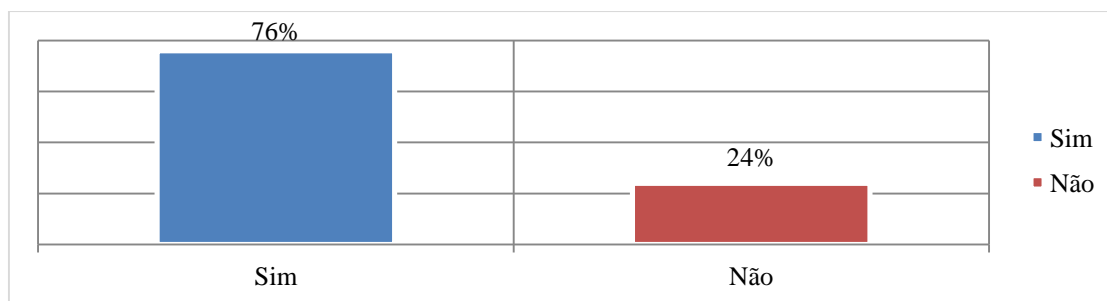
Pretendemos saber ainda dos alunos sobre o nível de Orientação Profissional e Vocacional na escola em estudo. Verifica-se no gráfico acima que dos 100 respondentes, 36% responderam a Orientação Profissional e Vocacional é suficiente. Em seguida 31% destes responderam que o nível da Orientação Profissional e Vocacional nesta escola é inexistente. Um grupo representado por 21% disseram que o nível é bom e por fim, 12% dos respondentes afirmaram que o nível da Orientação Profissional e Vocacional nesta escola é má.

Neste sentido, fica evidente no gráfico acima de que nível da Orientação Profissional e Vocacional implementado na Escola Secundária Francisco Manyanga é suficiente. Neste sentido, percebe-se que a prática da Orientação Profissional e Vocacional nesta escola não tem acontecido de forma satisfatória aos olhos dos alunos, revelando a despreocupação da escola em fornecer estes serviços aos alunos.

Aos professores inqueridos, procuramos saber se estes tem orientado os seus alunos na escolhas de ramos a seguir para o ensino superior ou cursos técnicos. O gráfico abaixo nos mostra que 76% dos professores inqueridos responderam-nos de que já orientaram os seus alunos nas escolhas de ramo a seguir para o ensino superior ou cursos técnicos

profissionais e 24% responderam-nos de que nunca orientaram os seus alunos para o efeito.

Gráfico 11: Orientação dos alunos pelos professores



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com estas respostas, nota-se que há aqui uma contradição, pois foram os mesmos professores que afirmaram ou defenderam de que na escola Secundária Francisco Manyanga não há prática da orientação profissional e vocacional ou não existe, isto é, não há prática da orientação profissional e vocacional.

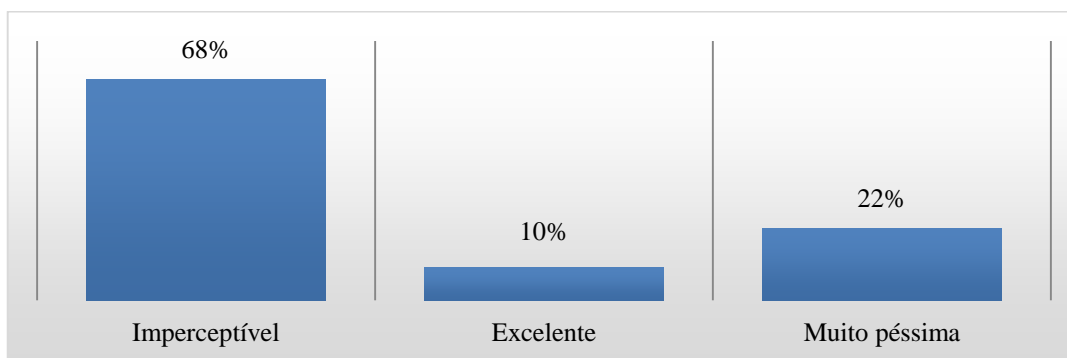
A orientação dada pelos professores não é acompanhada por métodos especializados, estes limitam-se em dar conselhos superficiais, dando simplesmente informações sobre as profissões existentes no meio imediato, ou seja, estes não desenvolvem o autoconhecimento e autodescoberta dos alunos, não exploram com profundidade questões relacionadas com o mercado do trabalho, valores, gostos, nesse sentido, a orientação dada pelos professores, é de fraca qualidade, pois, conforme Chibemo (2018, p. 69) “os profissionais do ensino secundária sabem pouco acerca do mercado de trabalho(...) não são especialistas em orientação profissional e vocacional e o trabalho que levam a cabo é *ad hoc*”.

Numa outra perspectiva, Ussene (2011, p. 20) ilustra que em Moçambique, os professores não têm condições para estar a par das descobertas científicas mais recentes, sendo mesmo que alguns não têm habilitações suficientes para orientar vocacionalmente e com a qualidade exigida os seus alunos.

Os professores inqueridos foram questionados sobre como avaliavam a implementação da estratégias de Orientação Profissional e Vocacional na escola em estudo. Nesta questão, do total dos 50 inqueridos, 68% responderam que a Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundário Francisco Manyanga é imperceptível. Em seguida 22%

dos respondentes avaliaram a Orientação Profissional e Vocacional nesta escola como sendo muito péssima. E por fim, 10% dos inqueridos avaliou como sendo excelente. O gráfico 12 abaixo refere-se as percentagens dessa questão.

Gráfico 12: Avaliação dos professores sobre a implementação da actual estratégia da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga

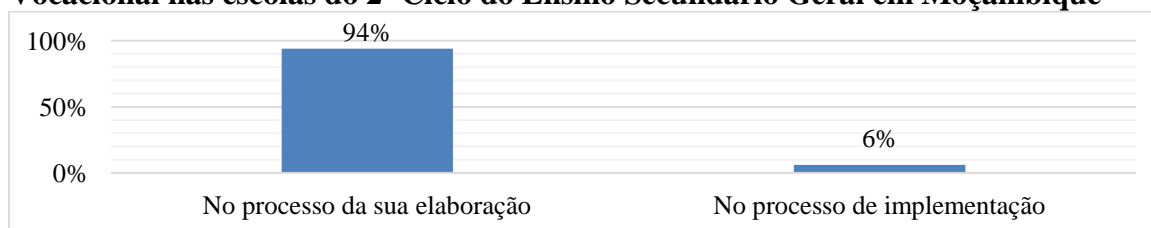


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como mostra o gráfico 12 acima, a implementação da orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga, de acordo com os professores inqueridos, é imperceptível. Ussene (2011, p. 32), justifica essa ineficiência dizendo que esse propósito de implementação da OPV em Moçambique, não é acompanhado por acções específicas e voltadas a promoção de percursos de desenvolvimento, exploração, decisão vocacional e de carreira.

Por fim, procuramos saber dos professores inqueridos em que período as estratégias de Orientação Profissional e Vocacional falham. Assim, dos 50 professores inqueridos, 94% dos respondentes, afirmaram que as estratégias de Orientação Profissional e Vocacional falham no processo da sua implementação nas escolas e 6% responderam que as estratégias falham no processo da sua elaboração. O gráfico 13 abaixo mostra as percentagens das respostas desta questão.

Gráfico 13: O estágio da falha da actual estratégia de Orientação Profissional e Vocacional nas escolas do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral em Moçambique



Como ilustra o gráfico 13, a maior percentagem das respostas indica que as estratégias de orientação profissional e vocacional falham no processo de implementação.

A implementação de uma política pública é, segundo Hogwood e Gunn (1988, pp. 197-206) citados por Belo (2017, p. 57), “um processo que envolve sempre o insucesso de alguma ordem, não se podendo referir uma implementação perfeita. A ausência de uma implementação perfeita deve-se a um conjunto de variáveis como os obstáculos que se encontram fora do âmbito do sistema político e por isso fora do controlo da Administração Pública e da classe política; a falta de adequação entre o tempo político e social e o tempo da política pública; a falta de adequação entre os vários recursos, que leva a uma inadequação na rede de causas e efeitos (rede que pode ser tão mais frágil quanto maior for)”.

Colabora também para o insucesso da implementação, a presença de uma larga rede de intervenientes; a falta de entendimento e concordância sobre os objectivos da política entre todos os intervenientes; as acções não serem claras e decorrerem fora da ordem esperada; a falta de comunicação e coordenação, bem como a falta de liderança entre todos os organismos e a prevalência de luta de interesses e de posicionamento de *status*, (Belo, 2017, p. 57).

4.5 Estratégias para melhoria da orientação profissional e vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga

Com intuito de alcançar este objectivo específico, formulou-se três perguntas aos professores inqueridos neste estudo e uma pergunta aos alunos e gestores da escola em análise.

Primeiro procuramos saber dos respondentes como é que o sector da educação poderia fazer para melhorar e massificar as actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional para os alunos do ensino secundário em Moçambique.

Com isto, apurou-se que dos 50 professores inqueridos, 44% responderam que as actuais estratégias deveriam ser difundidas nas escolas secundárias pelo MINEDH. Em seguida, 28% disseram que as estratégias deveriam ser divulgadas pelos professores de cada

disciplina para os alunos do 2º ciclo logo que iniciassem o ano lectivo. Por sua vez, 16% afirmaram que os pais e encarregados de educação deveriam ser informados através de panfletos sobre a Orientação Profissional e Vocacional para ajudarem os seus filhos a fazerem a melhor escolha da sua profissão e pro fim, 12% dos inqueridos responderam que as estratégias de Orientação Profissional e Vocacional deviam ser debatidas com os académicos, pais e encarregados de educação e a sociedade civil para a sua melhoria. A tabela abaixo mostra a frequência e percentagens das respostas desta questão.

Tabela 3: Estratégias de melhoria e massificação das actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional

Ordem	Respostas	Nº	(%)
1	Devia ser debatida com os académicos, pais e encarregados de educação e a sociedade civil para a sua melhoria	6	12
2	Devia ser divulgada pelos professores de cada disciplina para os alunos do 2º ciclo logo que iniciassem o ano lectivo	14	28
3	Devia ser difundido nas escolas do ensino secundário geral pelo MINEDH	22	44
4	Os pais e encarregados de educação devem ser informados através de panfletos sobre o assunto para ajudarem os seus filhos a fazerem a melhor escolha da sua profissão.	8	16

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ademais, outros professores relataram o seguinte:

Promover palestras e debates nas escolas e ser um ponto de agenda nas reuniões de pais e encarregados de educação e fazer-se acompanhamento dos alunos seguindo suas melhores inclinações (**Prof.1**); Acho que os alunos devem ser submetidos a um teste de aptidões, onde o aluno responde a perguntas que posterior seriam analisadas e as suas respostas indicaram o seu perfil e daí, seria fácil enquadrar-o na sua área (**Prof.30**); Devia se difundir políticas de orientação profissional e vocacional para o ensino secundário do 1º e 2º ciclo para os alunos poderem escolher melhor a área científica a seguir quando chegarem no 2º ciclo e a posterior ao ensino superior, através de debates e seminário (**Prof. 47**).

Face a esta pergunta os alunos inqueridos nos responderam da seguinte forma:

As actuais estratégias de Orientação Profissional e Vocacional devem ser mais frequentes para o devido aconselhamento dos alunos pré-universitários, assim todos saberão ao certo o que pretendem ser futuramente (**AL9**).

Ainda sobre a mesma pergunta um outro aluno nos respondeu da seguinte forma:

Deveriam ser massificadas em todas as escolas públicas, porque infelizmente os alunos não tem condições para pagar um curso de orientação. A escola deveria criar mais programas para que possam ajudar os alunos que ainda não encontraram a sua vocação (AL43).

Para este aluno (AL50), sugere-nos:

de que deveriam começar por implementar palestras sobre as várias profissões em alta actualmente e dependendo do interesse do aluno, criar mais cursos para ver se os alunos realmente se inclinam para a profissão que acha que gosta.

Para este outro nosso entrevistado sugere-nos:

a aplicação dessa matéria em reuniões de turmas ou palestras frequentes para uma melhor compreensão sobre o assunto (levantamento de dúvidas, e algumas questões), criação de programas de orientação profissional e vocacional (AL33).

Já os gestores reagiram nos seguintes termos:

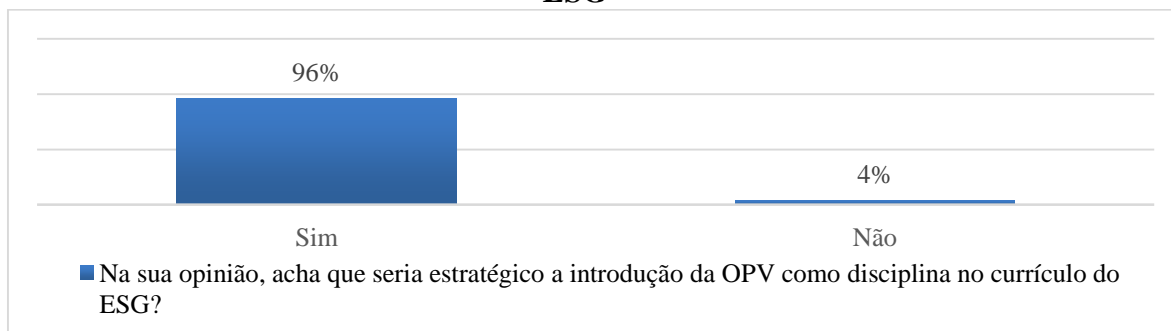
Deve haver implementação e divulgação massiva nas escolas secundárias, porém, na minha óptica, este processo deveria acontecer nas classes iniciais para que os alunos cheguem ao 2º ciclo do ensino secundário já instruídos, com opções claras do que querem fazer futuramente... (G2). Num primeiro momento, deve se criar condições de se elaborar uma política somente de orientação profissional e vocacional, determinando as condições para a sua actuação. Seguidamente, o MINEDH e os seus parceiros devem criar mecanismos claros para a implementação dessas estratégias nas escolas, construindo estruturas físicas para o seu funcionamento, e acima de tudo, formando profissionais nessa área... (G1).

Com os relatos acima descritos, bem como, com os restantes relatos respondidos pelos alunos, foi possível constatar que a maioria dos alunos defendem a criação de programas de Orientação Profissional e Vocacional e realização de palestras de auscultação frequentes para melhorar as estratégias de orientação.

Aos professores e gestores entrevistados, perguntamos se achavam estratégico a introdução da Orientação Profissional e Vocacional como disciplina no currículo do

ensino secundário. Assim dos 50 professores inqueridos, 96% responderam que sim e apenas 4% responderam que não, conforme ilustra o gráfico 14 abaixo.

Gráfico 14: Introdução da Orientação Profissional e Vocacional no currículo do ESG



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como ilustra o gráfico 14, a maior percentagem dos professores inqueridos (96%) acha que a Orientação Profissional e Vocacional devia ser introduzido como disciplina no currículo do ensino secundário geral e deveria ser leccionado pelos professores segundo como nos ilustram os excertos seguintes:

a matéria de Orientação Profissional e Vocacional deveria ser tratada pelas pessoas formadas nessa área (**Prof.28**); e(...)a partir daí, os alunos poderiam concentrar-se mais na disciplina que lhes ajudarão a seguir o curso da sua escolha (**Prof.15**); Seria útil, no sentido de trazer profissionais da área, mesmo que fosse uma vez por trimestre, profissionais renomados que possam servir exemplo vivo dos alunos (**Prof.32**); O governo deve introduzir ou incluir no currículo deste nível (2º ciclo) a disciplina de Orientação Profissional e Vocacional, visto que, as disciplinas ditas profissionalizantes (agro-pecuária e empreendedorismo) não motivam os alunos que querem seguir estas áreas (**Prof.2**).

Fachin e Orzechowski (2014, p. 6) dizem que para desenvolver um trabalho de orientação profissional com alunos da escola pública é preciso recorrer aos documentos legais que dão suporte à prática pedagógica de professores e pedagogos.

Nessa vertente, Ussene (2011) diz que em Moçambique seria importante que a natureza dos conteúdos curriculares e extracurriculares articulassem a educação e a orientação vocacional, como forma de contribuir para o desenvolvimento vocacional do aluno. A intenção é de despertar nos profissionais da educação, a necessidade de reflectir sobre

estratégias possíveis de se propor um trabalho de Orientação Profissional através do currículo (Fachin e Orzechowski, 2014, p. 7).

Em relação a essa questão os gestores entrevistados tiveram respostas opostas, ou seja, enquanto um acha que deve ser introduzida a Orientação Profissional e Vocacional como disciplina, outro acha que não há necessidade de incorporar esta área como disciplina, mantendo-a como uma matéria extracurricular. Abaixo estão transcritas as repostas desta questão:

Não só acho estratégico, como também acho necessária a introdução da OPV no currículo do ensino secundário, isso diminuiria a marginalização dos alunos após o término do ensino médio. É prioritário investir nessa área não só a nível ministerial, mas também a nível do Conselho da Escolas, por isso é pertinente que o sector da educação, em particular as escolas secundárias comecem a pensar nessa área como prioridade porque a juventude necessita dessa orientação... **(G1)**. Não acho haver necessidade de introduzir o Orientação Profissional e Vocacional como disciplina no ensino secundário, pois está deve ser uma actividade extracurricular, o que deve se fazer é massificar estes serviços de modo a abranger mais alunos... **(G2)**.

De facto, percebemos através dos relatos do **(G1)** que é imperioso a introdução da Orientação Profissional e Vocacional nas escolas secundárias. Sustentamos esta afirmação nos baseando nos pronunciamentos de Levenfus (2016) citado por Agibo (2016, 217), que destaca a possibilidade de quatro modelos possíveis de introdução do Orientação Profissional e Vocacional nas escolas (modelo extracurricular, modelos de disciplina própria, modelo integrado a uma disciplina e integrado no currículo). Neste sentido, cabe ao ministério que tutela o ensino secundário geral achar o melhor modelo para integrar a Orientação Profissional e Vocacional no currículo.

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Chegados ao fim dessa pesquisa, importa-nos tecer algumas considerações finais. O presente trabalho teve como objectivo geral Analisar as Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional contidas nas políticas educacionais implementadas em Moçambique para os alunos do 2º ciclo do Ensino Secundário Público entre os anos de 2016 à 2020.

5.1 Considerações Finais

Após a recolha, análise e interpretação dos dados, avança-se as seguintes considerações finais de acordo com os objectivos específicos traçados para esta pesquisa: Com relação as políticas de orientação profissional e vocacional para o ensino secundário público nos documentos oficiais do governo e do sector da educação, da análise feita, mostrou-nos de que em Moçambique não tem uma política específica sobre a orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino secundário público, todavia, os documentos oficiais que norteiam o sistema de educação em Moçambique (Lei nº 18/2018, Decreto 48/2016, PEE 2020-2029 e PEETP 2018-2024), embora de forma tímida estabelecem como prioridade a implantação da Orientação Profissional e Vocacional nas escolas secundárias e Ensino Técnico Profissional. A pesquisa constatou ainda de que existem problemas estruturais à nível nacional em termos de políticas públicas educativas viradas para a orientação profissional e vocacional nas instituições de ensino, em todos os níveis.

Em relação a descrição das actuais estratégias de orientação profissional e vocacional dos alunos em Moçambique, os resultados obtidos revelaram-nos de que as estratégias de orientação profissional e vocacional para os alunos contidas nos documentos oficiais do governo e do sector da educação são poucos claras, pois não definem as modalidades a usar no processo de orientação, os instrumentos e técnicas a usar, não definem quais são as instituições e os agentes responsáveis pela orientação, deixando assim, lacunas para a sua implementação e efectivação.

Sobre o grau de implementação das estratégias de orientação profissional e vocacional contidas nos documentos do governo e do sector da educação, o estudo conclui o seguinte : Existe Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga, todavia, a implementação da Orientação Profissional e Vocacional na Escola Secundária Francisco Manyanga é imperceptível, pois não vai de acordo com as estratégias definidas nos documentos oficiais do sector da educação, ou seja, a orientação profissional e vocacional dada aos alunos do 2º ciclo nesta escola não é acompanhada por um documento estratégico do sector da educação para este processo, ademais a escola não dispõe de profissionais qualificados na área da OPV o que torna este processo ineficaz.

Com relação as estratégias de melhoria das actuais estratégias de orientação profissional e vocacional para os alunos do 2º ciclo do ensino secundário público o estudo propõe as seguintes estratégias:

- Elaboração de uma política somente de orientação profissional e vocacional, determinando as condições para a sua actuação;
- Difusão das estratégias da Orientação Profissional e Vocacional nas escolas secundárias pelo MINEDH;
- Divulgação da Orientação Profissional e Vocacional pelos professores de cada disciplina para os alunos do 2º ciclo logo que iniciassem o ano lectivo;
- Debate com os académicos, pais e encarregados de educação e a sociedade civil sobre a melhoria da Orientação Profissional e Vocacional nas escolas;
- Introdução da Orientação Profissional e Vocacional como disciplina no currículo do ensino secundário geral.
- Promoção de debates, palestras e seminários sobre a Orientação Profissional e Vocacional e ser agenda nas reuniões de turma nas escolas.

No entanto, para a concretização destas estratégias de melhoria está condicionada a uma vontade política e social, ou seja, a nível do MINEDH e pesquisadores, professores, psicólogos e os demais membros do sistema de educação nacional.

Por fim, concluímos este trabalho lançando um desafio a todas as entidades do sector da educação (escolas, professores, gestores, pesquisadores, etc.) com vista a elaborarem programas de orientação profissional e vocacional para todos os níveis da educação, seja

primário, secundário e superior, pois no processo de revisão da literatura, foi possível constatar a pertinência da intervenção em orientação vocacional na adolescência.

Cientes de que não esgotamos a temática em análise, recomendamos que esta temática necessita de mais aprofundamento nas outras pesquisas subsequentes. Para pesquisas futuras propomos que se analise por exemplo os factores que impulsionam a escolha profissional na adolescências; o impacto da política de Orientação Profissional e Vocacional dos adolescentes no ensino básico, secundário e superior em Moçambique e no mercado de trabalho que tanto se defende nesta política.

5.2. Sugestões

Para o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano recomenda-se:

- Criar políticas educativas voltadas para a orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino secundário geral;
- Criar mecanismos de inclusão da orientação profissional e vocacional no currículo do ensino secundário geral;
- Capacitar a formação dos professores em matéria de orientação profissional e vocacional.

Para a Escola Secundária Francisco Manyanga deve:

- Criar gabinetes de aconselhamento para os alunos;
- Elaborar programas de orientação profissional e vocacional para os alunos;
- Programar visitas frequentes a instituições de ensino superior e instituições empresariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agibo, M. (2016). *Intervenção e avaliação em Orientação Profissional: Narrativas de adolescentes moçambicanos sobre a escolha da profissão e a influência parental*. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-19012017-151935/publico/MARIALUISACHICOTEAGIBOcorrigida.pdf>.
- Aguiar, F & Conceição, M. (2008). A orientação vocacional na perspectiva neo-reichiana: Contribuições do grounding. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. V.9 (1). Pág. 115-128.
- Almeida, M. & Pinho, L. (2008). Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. *Psicologia Clínica*. V.20 (2), 173-184. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000200013>.
- Andrade, J., Meira, G. & Vasconcelos, Z. (2002). O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: Perspectivas e desafios. *Psicologia Ciência e Profissão*. V.22 (3). Pág. 46-53.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. 7ª ed. São Paulo.
- Basile, G. (2013). *A necessidade do planejamento estratégico em uma trading*. (Monografia, Uniceub). Brasília.
- Bock, S. (2002). *Orientação profissional: uma abordagem sócio-histórica*. São Paulo. Cortez Editora.

- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto. Porto Editora,
- Bonde, R. (2016). *Políticas públicas de educação e qualidade de ensino em Moçambique*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Rio de Janeiro
- Bonde, R. (2022). *Discussão sobre Qualidade na Educação: uma análise das Políticas Educacionais do Ensino Secundário Geral em Moçambique nos Mandatos Presidenciais de 2010 a 2014 e de 2015 a 2019*. Tese (Doutoramento em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Campos, B. (1980). Projetos escolares e profissionais de jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica*, V. 1. Pág. 25-39.
- Canastra, F., Haanstra, F., & Vilanculos. (2015). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique*. 1.^a Edição, Beira. UCM.
- Castioni, R. (2010). *Educação no mundo de trabalho: qualificação e competências*. Editora Francis.
- Cervo, A.; Bervian, P.; Silva, R. (2006). *Metodologia Científica*. 6^a Ed. São Paulo. Editora Aplicard.
- Chibemo, J. & Canastra, F. (2015a). A Orientação Vocacional e Profissional no Ensino Superior em Moçambique: Um Estudo de Caso (Sofala). *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*. 0 (03). Pp. 031-039. Disponível em: http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/371/pdf_34
- Chibemo, J. & Canastra, F. (2017). Orientação Vocacional e Profissional em Moçambique: Percepções dos Actores Educativos. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*. (03), 79-84. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.03.2960>

- Chibemo, J. (2018). Desafios da Orientação Vocacional e Profissional nas Instituições de Ensino Secundário e Superior em Moçambique. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*. Vol. 1. Nº. 9. P. 61-72. Disponível em: <http://reid.ucm.ac.mz/>. Acessado em 23/08/2023.
- Chibemo, J., & Canastra, F. (2015b). Processo de transição para a vida activa e profissional nas universidades de Sofala (Moçambique). *Revista de Estudios e Investigación*. (7). Pág. 28-34. Disponível de http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/372/pdf_190
- Chizzoti, A. (2017). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 12ª ed. Cortez.
- Costa, J. (2007). Orientação profissional: um outro olhar. *Psicologia USP*. V.18 (4). Pp. 79-87. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642007000400005>.
- Declaração de Dakar (2000). *Educação Para Todos*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-dedakar.html>. Acesso em 6/07/2023
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (1990). *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 6/07/2023.
- Domingos, A. (2017). *A organização das escolas secundárias em Moçambique no período multipartidário 1994-2015: desafios e perspectivas para o desenvolvimento da gestão escolar*. Tese (Doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- Fachin, C. & Orzechowski, S. (2014). A Importância da Orientação profissional para os alunos da Escola Pública: relatos de uma experiência. *Cadernos PDE*, 1, 1-25.
- Ferreira, A. (1993). Avaliação dos resultados de um programa de desenvolvimento gerencial. *Revista IMES*. V.29. Nº10. p.16-23.

- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª Ed. Porto Alegre. Artmed.
- Freitas, L. (2011). *Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil*. In: Fontoura, H. A. (Org.). *Políticas públicas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Anped Sudeste.
- Frigotto, G. (2013). Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *Sinproeste*. Chapecó. Disponível em: <http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf> Acesso em: 7/07/2023.
- Frigotto, G. (2015). Produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. *Revista Trabalho Necessário*. V. 20. Nº 132015. p. 206-233.
- Frigotto, G. (2009). Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: Ferreira, E.; Oliveira, D. *A Crise da Escola e Políticas educativas*. São Paulo. Cortez editora.
- Galvão, A. (1997). *A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- Gentili, P & Silva, T. (1991). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas*. 4ª ed. Petrópolis. Vozes.
- Gil, A. (1987). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo. Editora Atlas.
- Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A.
- Godoy, A. (1995). Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. V. 35. Nº3. Pp. 20-29. São Paulo.
- Gonçalves, A. (2007). A concepção de educação politécnica em Moçambique: contradições de um discurso socialista (1983.1992). *Educação e Pesquisa*. V.33. Nº 3. Pp. 601-619. São Paulo.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia Editora.
- Jacomini, A. (2018). *Apropriações e usos das contribuições teóricas de Antônio Gramsci em pesquisas sobre políticas educacionais (2000-2010)*. Relatório de Estágio Pós-Doutora). São Paulo. FEUSP
- Lakatos E., & Marconi, M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A.
- Leite, F. (2015). *Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros)*. São Paulo. Ideias & Letras.
- Levefuns, R. (2002). *Orientação vocacional ocupacional*. Porto Alegre. Artmed editora S.A.
- Levenfus, R. (1997). *Orientação vocacional ocupacional: à luz da psicanálise*. In Levenfus, R. *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Libâneo, J. (2018). *Políticas Educacionais Neoliberais e Escola: Uma Qualidade de Educação Restrita e Restritiva*. In: Libâneo, J & Freitas, R. (Org.). *Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública: uma qualidade restrita de educação escolar*. Goiânia – Goiás. Editora Espaço Acadêmico.
- Libâneo, J.; Oliveira, J.; & Tochi, M. (2018). *Educação escolar, políticas, estruturas e organização*. 10ª ed. Cortez.
- Lisboa, M. (2002). *Orientação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário*. In: Levenfus, R. S., Soares, D. H. P. (org.). *Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa*. Porto Alegre.
- Lisboa, M. (2008). *Orientação vocacional/ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social*. In Zanella, A, et al. *Psicologia e práticas sociais*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Lobo *et al.* (2009). *Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009-2015*. Aprovada na XXI Sessão Ordinário do Conselho de Ministros, aos 24/11. Maputo
- Lucchiari, D. (1993). O que é Orientação Profissional? Uma nova Proposta de Atuação. In: D. Lucchiari, (org.). *Pensando e Vivendo a Orientação Profissional*. São Paulo. Summus
- Lüdke, M.; & Andre, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e universitária.
- Lüdke, M.; & Andre, M. (2012). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Marcellor, A; & Maria, C. (2007). *Frank Parsons: trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>
- Marrach, S. A. (1996). *Neoliberalismo e Educação*. In: Guiraldelli, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez.
- Martins, G. (2008). *Estudo de Caso. Uma Estratégia de Pesquisa*. 2ª ed. Atlas.
- Matlombe, J. (2008). *Orientação Escolar Profissionalizante: Uma Contribuição para o Aconselhamento dos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Geral*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. Moçambique.
- MEC & INDE, (2007). *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) - Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*. Maputo. Imprensa Universitária, UEM
- Melo-Silva, L & Jacquemin, A. (2001). *Intervenção em orientação vocacional/profissional. Avaliando resultados e processos*. São Paulo. Vetor.
- Miambo, C. (2011). *Sobre a necessidade de orientação vocacional de jovens em Moçambique: Um estudo de avaliação da eficácia de uma intervenção psicológica vocacional junto de adolescentes do 1º ciclo do ensino secundário*

geral. Dissertação de mestrado. Disponível em:
http://197.249.65.29/repositório/IMG/pdf/dissertação_celco_miambo.pdf

Miambo, C., & Coimbra, J. (2015). Como apoiar os jovens a preparar o futuro numa “economia emergente”? Eficácia da orientação vocacional em Moçambique. *Revista Amazônica, LAPESAM*. Disponível em:
<https://www.scholar.google.com.br/scholar>

Minayo, M. (2008). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In: Minayo, M. C. S. (Org.). (2008). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes.*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO PROFISSIONAL (2018). *Proposta do Plano Estratégico do Ensino Técnico Profissional (2018-2024): “Por um Ensino Técnico-Profissional de qualidade, relevante e inclusivo”* Maputo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2012). *Plano Estratégico da Educação 2012-2016*. Maputo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. (2020). Plano Estratégico da Educação (2020-2029). *Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade*. Maputo: MINEDH.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. (2003). *Classificação nacional de profissões de Moçambique*. IEFP-INEFP. Maputo, Moçambique.

Nascimento, L. & Machado, I. (2019). Orientação profissional no ensino público: relato e análise de uma experiência. *Revista Humanidades e Inovação*. v.6. n.18. p. 284-290.

Novaes, I. & Fialho, N. (2010). Descentralização educacional: características e perspectivas. *Revista*. P. 585-602.

- Oliveira, C. & Neiva, K. (2013). Orientação Vocacional/Profissional: avaliação de um projeto piloto para estudantes da educação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. V. 14 (1). Pág. 133-143.
- Oliveira, F.; & Haddas, S. (Coord). (2005). *Educação Também é um direito humano*. Ação Educativa.
- Oliveira, M. (2007). *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópoles. Vozes.
- Pacheco, J. & Marques, M. (2014). *Governabilidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa*. In: Oliveira, M. (Org.). *Professor: formação, saberes, problemas*. Porto. Porto Editora.
- Razão, Q. (2019). *A Influência da Gestão Participativa na Motivação da Comunidade Interna: caso de Escola Secundária de Catembe – Maputo*. (Dissertação de Mestrado). FACED-UEM. Maputo.
- Ramos, D. (2019). *Factores que Influenciam a Escolha de Curso: Análise comparativa do curso de Educação de Infância UP e Desenvolvimento e Educação de Infância UEM (2018) Maputo*. (Monografia). FACED-UEM. Maputo.
- Richardson, R. (1989). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo. Atlas.
- Rocha, M. (2002). *Orientação Profissional e de Carreira para Universitários*. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis
- Rosa, D. (2006). *Relação de Poder e Formação para a Cidadania na Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá*: In: SEMINÁRIO DE PESQUISA: TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: Projectos em disputas na Sociedade Brasileira. Anais. Rio de Janeiro.
- Santos, K. (2002). *Orientação Vocacional e a Construção do Eu*. Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás como Requisito parcial à conclusão do Estágio Supervisionado II.
- Severino, A. (2016). *Metodologia do Trabalho Científico*. 24ª ed. Cortez Editora.

- Silva, A. (2013). *Orientação Vocacional pra Jovens com Limitações ao nível das funções Intelectuais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa. Porto.
- Silva, A. & Becker, L. (2007). *Orientação vocacional educacional*. Universidade regional integrada do alto Uruguai e das missões.
- Silva, F. (2010). *Construção de projetos profissionais e redução da vulnerabilidade social: subsídios para políticas públicas de orientação profissional no ensino médio*. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em Psicologia Social e do Trabalho.
- Silva, D. (2010). *Intelectuais, Cultura e Escola Única no Pensamento Político de António Gramsci*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Silva, L. (2016). *Estudo sobre a Orientação Vocacional e Profissional – Escolhas*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 20, Número 2. Pp. 239-244. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jPzg8gXT8QjXVhrZWcNC43y/?format=pdf&lang=pt>
- Soares, D. (2000). *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo. Summus.
- Soares, D. Técnicas grupais para a utilização em orientação profissional. In Levenfus, R. & Cols (ed). (2002). *Orientação vocacional ocupacional*. Porto Alegre. Artmed editora S.A.
- Suzuki, E. & Polli, G. (2021). Programas de orientação profissional: modelos para desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. *Revista Interinstitucional de Psicologia*. V. 14 (1). Pág. 01-22.
- Tavares, V. (2009). *Orientação Vocacional e Profissional: Um Estudo Sobre o Funcionamento das Estruturas de Orientação nas Escolas do Distrito de Braga*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Granada, Espanha. Recuperado de, <https://hera.ugr.es/tesisugr/18605278.pdf>

- Taveira, M. & Silva, J. (Coord.) (2008). *Psicologia vocacional: perspectivas para a intervenção*. (1.^a ed). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Taveira, M. Comportamento e desenvolvimento vocacional na adolescência. In Taveira, M. C. (Coord). (2005). *Psicologia escolar: uma proposta científico-pedagógica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Teixeira, M. O., & Calado, I. (2010). Avaliação de um programa de educação para a carreira: um projecto de natureza exploratória. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. V.11 (2), 213-218.
- Tupinambo, A. (1988). Considerações críticas acerca da orientação vocacional. *Revista de Psicologia*. V. 6 (2). Pág. 51-63. Fortaleza.
- Torres, M. L. (2001). *Orientação Profissional Clínica: Uma Interlocução com Conceitos Psicanalíticos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Uachisso, B. (2022). Orientação profissional e vocacional no contexto moçambicano. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar*. V. 4. Nº. 1. Pág. 29-46.
- Uaciquete, A. (2010). *Modelos de Administração da Educação em Moçambique (1983-2009)*. Dissertação de Mestrado.
- Ussene, C. (2011). *Desenvolvimento vocacional em jovens. Estudo com alunos do ensino secundário moçambicano*. Tese de doutoramento. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19707/1/Camilo%20Ussene.pdf>.
- Valore, L. Orientação Profissional em grupos na escola pública. In Levenfus, R. & Cols (ed). (2010). *Orientação vocacional ocupacional*. Porto Alegre. Artmed editora S.A.
- Yin, R. (2005). *Pesquisa de estudo de caso: desenho e métodos*. 3^aed. Porto Alegre. Bookman

Documentos Legais

Decreto nº 37/92: Cria o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional

Decreto nº48/2016: Cria o Instituto Nacional de Emprego, IP.

Lei nº18/2018, de 28 de Dezembro. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação reajustando a Lei n.º 6/92 (promulgada em 1992, em substituição da Lei 4/83 de 23 de Março do SNE).

Lei nº 6/2016, de 16 de Junho de 2016. Lei que reajusta a Lei 23/2014 de 23 de Setembro de 2014 do Ensino Técnico Profissional.

Resolução nº8/95 de 22 Agosto. Resolução que aprova a Política Nacional de Educação.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA A DIRECÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO MANYANGA

1. FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

1.1. Sexo:

1.2. Idade:

1.3. Qual é o nível académico do Sr. director?

1.4. Qual é a sua área de formação e onde se formou?

1.5. A quanto tempo desempenha o cargo de director desta escola

QUESTÕES

- 1 Na sua escola, existe documento que vem do ministério sobre políticas de orientação profissional e vocacional para os alunos do 2º ciclo?
 - a) Caso exista, o que orienta este documento sobre esta política de orientação profissional e vocacional?
 - b) Caso exista, prove-nos.
- 2 Nesta escola há orientação profissional e vocacional para os alunos do 2º ciclo?
- 3 Quando é que começou a implementação das estratégias de orientação profissional e vocacional na sua escola?
- 4 Em que período ocorre a orientação profissional e vocacional nesta escola?
- 5 Em termos numéricos, na sua escola, quantos alunos já se beneficiaram da orientação profissional e vocacional no período de 2016 à 2020?
- 6 Acha que as estratégias de orientação profissional presentes nas políticas educacionais são eficazes?
- 7 Que estratégias devem ser adoptadas para melhorar as actuais estratégias de orientação profissional e vocacional do ensino médio em Moçambique?
- 8 Na sua opinião, acha que estratégico a introdução da orientação profissional e vocacional como disciplina no currículo do ensino secundário?

Obrigado pela sua contribuição!

APÊNDICE 2:
QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

Prezado Professor

Este questionário é parte integrante da pesquisa monográfica intitulada “Análise da Política de Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os alunos do 2º Ciclo do Ensino público, estudo de caso: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo (2016 à 202)” para obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação. As informações aqui concedidas são somente para este trabalho e não serão usadas para outros fins. A sua participação é muito importante para a realização deste trabalho e as respostas serão tratados de forma confidencial.

Desde já, agradeço a sua disponibilidade e contribuição

SECÇÃO I: DADOS PESSOAIS

- 1.1. Sexo:** Masculino []; Feminino []
- 1.2. Idade:** 18 – 25 anos []; 26 – 35 anos []; 36 – 45 anos []; mais de 45 anos []
- 1.3. Grau académico:** Básico []; Médio []; Licenciado []; Mestrado []
- 1.4. Anos d experiência como professor:** 0 – 5 anos []; 6 – 10 anos []; 11 – 15anos []; Mais de 15 anos []
- 1.5. Classe lecciona:** 11ª classe []; 12ª classe []

SECÇÃO II: POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA O ENSINO SECUDÁRIO PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE.

2.1. Já ouviu falar de política de Orientação profissional e Vocacional?

Sim []; Não [].

2.2. Nesta escola há orientação profissional e vocacional para os alunos do 2º ciclo?

Sim []; Não [].

SECÇÃO III: ESTRATÉGIA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA ALUNOS EM MOÇAMBIQUE

3.1. Acha que as actuais estratégias de orientação profissional patentes nas políticas educacionais nacionais são eficazes?

Sim []; Não [].

PARTE IV: ESTRATÉGIAS DE MELHORIA DAS ACTUAIS ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA OS ALUNOSS DO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO

4.1 Como [e que o governo poderia fazer para melhorar e massificar as actuais estratégias de orientação profissional e vocacional para os alunos do ensino médio em Moçambique?

- a) [] Devia ser debatida com os académicos, pais e encarregados de educação e a sociedade civil para a sua melhoria;
- b) [] Devia ser divulgada pelos professores de cada disciplina para os alunos do 2º ciclo logo que iniciassem o ano lectivo;
- c) [] devia ser difundido nas escolas do Ensino Secundário Geral pelo MINEDH;
- d) [] Os pais e encarregados de educação devem ser informados através de panfletos sobre o assunto para ajudarem os seus filhos a fazerem a melhor escolha para a sua futura profissão.

4.2 que estratégias podem ser adoptadas para melhorar a orientação profissional e vocacional dos alunos do 2º ciclo do ensino secundário geral, em particular para os alunos desta escola?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

PARTE V: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTUAIS ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA OS ALUNOS DO 2º CICLO PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE

5.1 Como professor (a), em algum momento já orientou seus alunos nas escolhas de ramos a seguir ou curso técnico profissional?

Sim []; Não []

5.2 Como avalia a implementação das estratégias de orientação de orientação profissional e vocacional nesta escola?

- a) Imperceptível [];
- b) Excelente [];
- c) Muito péssimo [].

5.3 Em que período as estratégias de orientação profissional e vocacional falham?

- a) No processo de sua Elaboração [];
- b) No processo da sua Implementação [].

5.4 Na sua opinião, acha que estratégico a introdução da orientação profissional e vocacional como disciplina no currículo do ensino secundário?

Sim []; Não [].

Porquê?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Obrigado pela sua contribuição

APÊNDICE 3

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DO 2º CICLO

Prezado Aluno

Este questionário é parte integrante da pesquisa monográfica intitulada “*Análise da Política de Estratégias de Orientação Profissional e Vocacional em Moçambique para os alunos do 2º Ciclo do Ensino Secundário público, estudo de caso: Escola Secundária Francisco Manyanga na Cidade de Maputo (2016 à 202)*” para obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação. As informações aqui concedidas são somente para este trabalho e não serão usadas para outros fins. A sua participação é muito importante para a realização deste trabalho e as respostas serão tratadas de forma confidencial.

Desde já, agradeço a sua disponibilidade e contribuição

SECÇÃO I: DADOS PESSOAIS

1.1. **Sexo:** Masculino []; Feminino [].

1.2. **Idade:** 13 - 15 anos []; 15 - 18 anos []; 18 - 25 anos [].

1.3. **Classe de frequência:** 11ª classe []; 12ª classe [].

1.4. **A quanto tempo estuda nesta escola?** 1 ano []; 2 anos []; 3 anos []; 4 anos []; 5 anos [].

SECÇÃO II: SECÇÃO III: POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE.

2.1. Já ouviu falar de orientação profissional e vocacional?

Sim []; Não [].

2.2. Nesta escola, há prática de orientação profissional e vocacional?

Sim []; Não [].

PARTE II: ESTRATÉGIA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA ALUNOS EM MOÇAMBIQUE

- a) Quais tem sido as estratégias de orientação profissional e vocacional adoptadas nesta escola para os alunos do 2º ciclo?
- b) Criação de gabinetes de aconselhamento [];
- c) Criação de programas sistematizados de orientação profissional e vocacional [];
- d) Incorporação de palestras sobre os cursos e profissões [];
- e) Visitas estudantis a instituições (escolares e empresariais) [];

2.4. Qual é a técnica usada no processo de orientação profissional e vocacional nesta escola?

- a) Aconselhamento []
- b) Programas de orientação profissional e vocacional []
- c) Palestras sobre os cursos e profissões []
- d) Visitas estudantis a instituições (escolares e empresariais) []
- e) Sem respostas [].

PARTE IV: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTUAIS ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA OS ALUNOS DO 2º CICLO PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE

4.1 Desde a sua entrada nesta escola, já se beneficiou de orientação profissional e vocacional?

Sim []; Não [].

4.2 Em que período ocorre a orientação profissional e vocacional nesta escola?

- a) Semanalmente [];
- b) Mensalmente [];
- c) Trimestralmente [];
- d) Semestralmente [].

4.3 quem são os responsáveis pela orientação profissional e vocacional nesta escola?

- a) Direcção da Escola [];
- b) Psicólogos Escolares [];
- c) Professores [];
- d) Outras entidades [];
- e) Funcionários do MINEDH [],

4.4 Acha que a orientação profissional vocacional está a ser implementada da melhor forma nesta escola?

Sim []; Não []; Sem resposta [].

4.5 Como gostaria que a orientação fosse feita na tua escola?

- a) Através de palestras sobre cursos e profissões []
- b) Através de criação de gabinetes de aconselhamento []
- c) Através de visitas estudantis []
- d) Através de criação Programas de orientação profissional e vocacional []

4.6 Como avalia o nível de orientação profissional e vocacional nesta escola?

- a) Inexistente [];
- b) Má [];
- c) Suficiente [];
- d) Bom [];
- e) Muito bom [].

SECÇÃO III: ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DAS ACTUAIS ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL PARA ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

5.1 Como é que as actuais estratégias de orientação profissional e vocacional deveriam ser melhoradas?

.....

.....

.....

.....

.....

.....



.....

Obrigado pela sua contribuição!

Anexo

Anexo 1: Credencial

Autógrafa
Data: 27-2023
Negotio 2023 fo
20-04-23



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se FELIZARDO JORGE ASSUMANE¹, estudante do curso
de Licenciatura em ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EDUCAÇÃO²,
a contactar ESCOLA SECUNDARIA FRANCISCA MANYANGA³
a fim de RECOLHER DADOS INERENTES À FORMAÇÃO⁴.

Maputo, 26 de ABRIL de 2023⁵

A Directora Adjunta para Graduação
Nilza Aurora Tarcísio César
Mestre Nilza Aurora Tarcísio César
(Assistente)

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)